



Secretaria da Cultura do
Estado de São Paulo

Boletim UM

Orçamento da Cultura no
Estado de SP: SEC e OSs

Unidade de Monitoramento
Secretaria da Cultura do Estado de SP
São Paulo, Dezembro de 2017, nº 7

Boletim UM

Orçamento da Cultura no
Estado de SP: SEC e OSs

Unidade de Monitoramento
Secretaria da Cultura do Estado de SP
São Paulo, Dezembro de 2017, n. 7

7

Apresentação

O **Boletim UM** é uma publicação da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo produzida por sua Unidade de Monitoramento, para divulgar informações de interesse público sobre atividades exercidas pela Secretaria, inclusive relativas a sua política, organização, serviços e parcerias.

Dando continuidade à série, este 7º Boletim traz informações orçamentárias do Estado de São Paulo, da Secretaria da Cultura e do modelo de gestão em parceria com organizações sociais, adotado a partir de 2004. Nessa perspectiva, é apresentado um panorama dos recursos públicos alocados em Cultura em SP, focalizando o impacto da crise econômica a partir de 2015.

É também evidenciada a alocação de recursos nos equipamentos, programas e grupos artísticos geridos em parceria com OSs, por área de atuação da SEC SP, verificando-se a distribuição das receitas e os montantes aplicados em despesas de área meio e área fim. Aqui é importante dizer que, embora não exista um consenso sobre área meio e área fim, tanto no setor público como na iniciativa privada, optamos por agrupar as despesas levando em consideração aquelas que são diretamente aplicadas nas atividades centrais de cada parceria com OS e aquelas que se relacionam aos custos administrativos e indiretos necessários para viabilizar as ações finalísticas. Para facilitar a compreensão e comparação, esses grupos foram especificados.

Monitorar e avaliar as ações, organizando registros e sistematizando as informações para dar transparência e visibilidade aos processos e resultados, são atividades contínuas e que requerem constante aprimoramento. Em caso de dúvidas, sugestões, críticas ou caso identifique algum equívoco ou distorção, por gentileza, entre em contato. A participação ativa dos cidadãos é decisiva para que possamos aperfeiçoar nossas ações e satisfazer o interesse público da maneira mais correta, simples e compreensível.

Unidade de Monitoramento,
Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.
monitoramento.cultura@sp.gov.br - Dezembro de 2017.

Impacto da crise econômica de 2015 no Estado de São Paulo

A atual crise econômica, iniciada no Brasil em 2015, independentemente da vertente da Economia utilizada para explicá-la, acarretou no país um conjunto de problemas comuns às crises, da redução da confiança do investidor e falências empresariais à elevação da inadimplência e das taxas de juros, o endividamento das famílias e uma taxa de desocupação que, até o 2º trimestre de 2017, atingia não menos que 13% dos brasileiros (PNAD - Agosto 2017, IBGE).

A retração no mundo privado teve, como costuma acontecer, um impacto fiscal. A queda na produção e no consumo reduziu o montante de impostos pagos e, conseqüentemente, diminuiu a arrecadação para o erário, tanto em 2015 quanto em 2016. Antecipando essa queda na arrecadação, sobretudo de ICMS – principal fonte de receita estadual –, o Governo de São Paulo, em janeiro de 2016, optou por um contingenciamento de R\$ 6,9 bilhões, ou seja, 3,3% do orçamento apresentado na Lei Orçamentária Anual (LOA)*. Essa medida, de natureza restritiva, visava o equilíbrio das contas públicas e já havia sido efetuada no ano anterior.

O resultado em 2016, foram receitas totais do Governo da ordem de R\$ 191,6 bilhões, montante 0,7% inferior ao de 2015 (em termos nominais), e 8,6% inferior em valores reais; e despesas totais que somaram R\$ 192,2 bilhões, sendo 1,1% inferior às do ano anterior, segundo o Relatório Anual 2016 do Governo do Estado*. Houve, portanto, uma redução um pouco maior nas despesas do que nas receitas com relação a 2015.

Os cortes efetuados pelo Poder Público, diante da situação de crise, não foram equânimes em todas áreas, tendo obedecido a uma lógica de prioridades com percentuais distintos para diferentes Pastas. Nesse cenário, a Cultura, que historicamente já possui um orçamento bastante reduzido, teve seus recursos contingenciados tanto em 2015 quanto em 2016, exigindo um grande esforço para a continuidade de uma política pública que vem obtendo resultados positivos e que é bastante importante para a qualidade de vida da população paulistana.

Nos slides a seguir, apresentamos um conjunto de dados orçamentários do Governo do Estado de São Paulo e, em particular, da Secretaria da Cultura, no intuito de contribuir para a análise dos impactos da crise no setor cultural público paulista e para a discussão acerca da relevância do investimento em Cultura, com destaque para sua realização mediante o modelo de gestão em parceria com Organizações Sociais de Cultura.

(*) Relatório Anual do Governo do Estado de São Paulo, Volume I - Exercício 2016. Disponível em: <https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Downloads/Relat%C3%B3rio-Anual-do-Governo-do-Estado/Relat%C3%B3rio%20Anual%20do%20Governo%20do%20Estado%202016%20-%20Volume%201.pdf>

Evolução do orçamento da Cultura do Governo de SP, considerando a previsão da LOA, a dotação inicial, a dotação final e o liquidado (em valores nominais)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - ORÇAMENTO X LIQUIDAÇÃO							
Ano	Orçamento LOA - Estado SP (R\$) - sem intraorçamentárias	Orçamento LOA - Estado SP (R\$) - com intraorçamentárias	Dotação Inicial SEFAZ – Estado SP (R\$)	Dotação Atual SEFAZ – Estado SP (R\$)	Liquidado - Estado SP (R%)	Liquidado / Dotação Inicial SEFAZ (%)	Liquidado / Dotação Atual SEFAZ (%)
2010	125.705.696.614	139.212.903.568	140.424.395.728	155.085.671.393	147.056.059.386	105	95
2011	140.723.564.343	155.550.876.867	155.550.876.867	167.103.004.271	159.949.788.188	103	96
2012	156.698.055.050	174.067.877.300	174.067.877.300	180.720.954.083	173.106.698.940	99	96
2013	173.448.364.017	192.844.281.051	192.844.281.051	204.306.907.960	197.870.171.922	103	97
2014	189.112.038.732	212.191.448.179	212.191.448.179	220.374.909.438	209.842.014.024	99	95
2015	204.879.492.272	231.048.119.160	231.048.119.160	237.912.292.356	220.506.971.963	95	93
2016	207.169.365.868	234.109.593.851	234.109.593.851	240.440.660.186	219.266.294.160	94	91

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - Dados extraídos do sistema SIAFEM/SP (atualizados até 01/09/2017) - Data da consulta: 05/09/2017

O percentual de valor efetivamente liquidado no Estado de São Paulo teve uma queda entre 2013 e 2016, em virtude da crise econômica.

Nota: A diferença entre os valores apresentados neste gráfico e aqueles constantes do Boletim UM nº 1 refere-se às variações registradas no Sistema da SEFAZ, tendo em vista que os dados daquele Boletim foram consultados em janeiro/2017 e os deste, em setembro/2017. Com efeito, a inexistência de uma data definitiva de fechamento de dados orçamentários e financeiros dos anos anteriores é um dos grandes desafios para dar precisão e consistência à análise dessas informações.

Evolução do orçamento da SEC SP, considerando a previsão da LOA, a dotação inicial, a dotação final e o liquidado (em valores nominais)

SECRETARIA DA CULTURA SEM VINCULADAS (12001) * - ORÇAMENTO X LIQUIDAÇÃO					
Ano	Dotação Inicial SEFAZ / Orçamento LOA Cultura – SEM vinculadas (R\$)	Dotação Atual SEFAZ - SEM vinculadas (R\$)	Liquidado - SEM vinculadas (R%)	Liquidado / Dotação Inicial SEFAZ (%)	Liquidado / Dotação Atual SEFAZ (%)
2010	673.981.128	713.798.903	641.626.973	95	90
2011	779.979.587	777.133.969	580.172.916	74	75
2012	665.182.268	684.393.630	578.160.482	87	84
2013	685.514.964	703.087.178	668.844.257	98	95
2014	705.381.228	725.351.559	713.553.160	101	98
2015	747.244.340	616.603.958	598.670.507	80	97
2016	628.495.567	543.974.864	532.652.781	85	98

Tabela 2 - Boletim UM n.7 SECSP Dez/2017

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - Dados extraídos do sistema SIAFEM/SP(atualizados até 01/09/2017) - Data da consulta: 05/09/2017

* Os dados apresentados excluem o orçamento das entidades vinculadas (Fundação Padre Anchieta e Fundação Memorial da América Latina). Para ver os gráficos que as incluem, consultar: BOLETIM UM Nº 1, em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/2017.01.04-Boletim-UM-n.-1-Cultura-em-N%C3%BAmoros-atualizado-1.pdf>

Nota: A diferença entre os valores apresentados neste gráfico e aqueles constantes do Boletim UM nº 1 refere-se às variações registradas no Sistema da SEFAZ, tendo em vista que os dados daquele Boletim foram consultados em janeiro/2017 e os deste, em setembro/2017.

Evolução da dotação da Secretaria da Cultura do Estado de SP considerando a dotação inicial, a dotação final e o liquidado (em milhões de reais / em valores nominais)

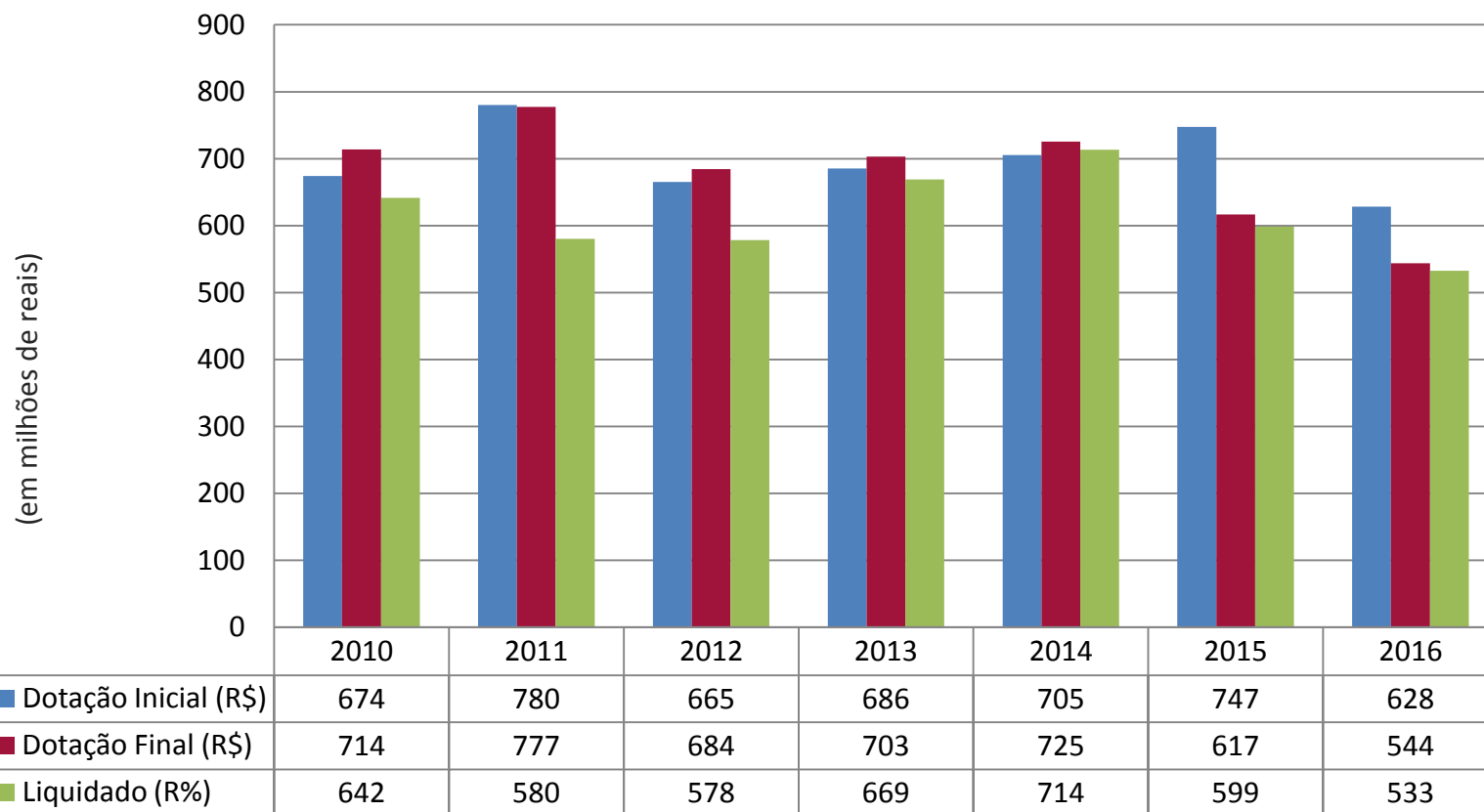


Gráfico 1- Boletim UM n.7 SECSP Dez/2017

Fonte: SEFAZ SP - SIAFEM/SP (consulta em: 05/09/2017)

O gráfico **exclui** dados de orçamento com entidades vinculadas (Fundação Padre Anchieta e Fundação Memorial da América Latina). Para ver os gráficos que as incluem, consultar: BOLETIM UM Nº 1, em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/2017.01.04-Boletim-UM-n.1-Cultura-em-N%C3%BAmeros-atualizado-1.pdf>

Impacto da crise econômica de 2015 no Estado de SP e na “função Cultura”

Tendo sido evidenciada a evolução orçamentária do Estado de São Paulo e da Secretaria da Cultura, apresentamos a seguir um conjunto de dados que demonstram o impacto da crise econômica de 2015 sob o orçamento público do Estado.

Os próximos slides trazem informações extraídas do portal da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ SP), que denotam a redução orçamentária em 16 das 24 áreas que receberam recursos públicos em 2016. Trata-se, portanto, de queda nas despesas de dois terços das áreas em que o Estado aloca orçamento. Em 2015, quando a crise se iniciou, foram apenas 7 as áreas afetadas, o que indica que houve a necessidade de maior enrijecimento do Governo Paulista diante do agravamento da crise econômica.

Os dados permitem verificar, ainda, que foram cinco as áreas que sofreram dois cortes sucessivos de orçamento, tanto em 2015 quanto em 2016, estando a Cultura entre elas, o que tende a sinalizar que as políticas culturais não integram os setores considerados prioritários, sobretudo em momentos de crise.

Vale ressaltar que, nessas análises, o que aparece denominado como “área” é, na verdade, o conceito de **função**, ou seja, a denominação pela qual o Governo agrupa suas ações em grandes blocos ou áreas de atuação. Desse modo, quando se utiliza a expressão “função Cultura”, devem ser consideradas todas as ações classificadas pelas diferentes Secretarias com essa finalidade, ainda que a quase totalidade dessas despesas sejam lançadas pela própria Secretaria da Cultura. Essa escolha se deve ao fato de que a disponibilização de dados fazendários apresenta essa forma de agrupamento em dados abertos, tornando a informação acessível e trazendo transparência para os dados orçamentários do Estado de São Paulo.

Impacto da crise econômica em SP na dotação orçamentária

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO		DOTAÇÃO ATUALIZADA				
		DESPESA POR FUNÇÃO				
		2014	2015	2016	2015/2014	2016/2015
01	LEGISLATIVA	1.251.192	1.329.917	1.475.975	106%	111%
02	JUDICIÁRIA	7.883.302	8.654.840	8.822.249	110%	102%
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	3.242.616	3.481.839	3.930.123	107%	113%
04	ADMINISTRAÇÃO	4.583.573	4.736.468	4.174.703	103%	88%
06	SEGURANÇA PÚBLICA	10.805.552	11.614.811	11.555.879	107%	99%
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	990.683	921.886	844.903	93%	92%
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	27.512.695	29.652.426	32.033.251	108%	108%
10	SAÚDE	20.513.103	22.200.107	22.979.886	108%	104%
11	TRABALHO	206.708	213.083	145.662	103%	68%
12	EDUCAÇÃO	31.452.372	33.416.760	32.768.273	106%	98%
13	CULTURA	962.783	815.858	727.281	85%	89%
14	DIREITOS DA CIDADANIA	5.173.916	5.505.159	5.477.517	106%	99%
16	HABITAÇÃO	1.765.502	1.484.589	1.205.643	84%	81%
17	SANEAMENTO	851.451	955.377	659.740	112%	69%
18	GESTÃO AMBIENTAL	1.766.560	1.932.296	2.245.525	109%	116%
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.573.117	1.768.787	1.662.827	112%	94%
20	AGRICULTURA	705.333	654.963	704.697	93%	108%
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	70.994	99.649	73.938	140%	74%
22	INDÚSTRIA	-	1.000	-		
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	445.842	493.705	475.687	111%	96%
24	COMUNICAÇÕES	116.347	112.225	96.298	96%	86%
25	ENERGIA	60.466	53.850	71.729	89%	133%
26	TRANSPORTE	17.308.304	17.461.913	17.255.467	101%	99%
27	DESPORTO E LAZER	237.514	193.182	161.581	81%	84%
28	ENCARGOS ESPECIAIS	55.906.301	62.787.065	62.759.509	112%	100%
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.401	-	1.500		
	TOTAL (EXCETO INTRA ORÇAMENTÁRIAS)	195.389.628	210.541.758	212.309.845	108%	101%
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	24.985.282	27.367.498	28.130.816	110%	103%
	TOTAL DE DESPESAS COM INTRA ORÇ. (EM BILHÕES - R\$)	220 bi	238 bi	240 bi	108%	101%

A tabela ao lado, extraída do Portal da Transparência do Estado de São Paulo em agosto de 2017, traz as despesas (dotação atualizada) entre os anos de 2014 e 2016, com um recorte por função.

Classificação por Função

Para fins de planejamento, programação e orçamentação, o governo agrupa suas ações em grandes áreas de atuação.

A classificação por **função** representa o maior nível de agregação das ações do governo, desdobrando-se em programas e, posteriormente, em projetos e atividades.

A função difere da classificação institucional, que refere-se aos órgãos e entidades públicos que compõem a estrutura organizacional e hierárquica do Estado, como é o caso da Secretaria da Cultura.

Dotação é o valor fixado em Lei Orçamentária, sendo que a “**Dotação Atualizada**” se refere ao montante definido na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), Dotação Inicial, mais os créditos adicionais abertos durante o exercício, menos os cancelamentos e anulações de crédito nesse mesmo período.

Tabela 3 – Boletim UM n.º 7 SEC SP - Dez/2017

Impacto da crise econômica em SP nas despesas liquidadas

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS				
		2014	2015	2016	2015/2014	2016/2015
01	LEGISLATIVA	1.184.425	1.302.048	1.462.137	110%	112%
02	JUDICIÁRIA	7.401.267	8.074.216	8.482.759	109%	105%
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	3.094.941	3.341.035	3.731.115	108%	112%
04	ADMINISTRAÇÃO	4.244.073	4.302.198	3.603.043	101%	84%
06	SEGURANÇA PÚBLICA	10.320.854	11.197.085	10.930.826	108%	98%
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	958.975	904.109	783.069	94%	87%
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	26.917.950	29.456.095	31.557.700	109%	107%
10	SAÚDE	19.742.633	20.859.292	21.567.188	106%	103%
11	TRABALHO	128.939	144.940	130.508	112%	90%
12	EDUCAÇÃO	29.319.975	31.413.069	31.142.629	107%	99%
13	CULTURA	838.108	743.970	687.340	89%	92%
14	DIREITOS DA CIDADANIA	4.550.166	4.770.433	4.972.273	105%	104%
16	HABITAÇÃO	1.464.961	1.167.899	1.123.135	80%	96%
17	SANEAMENTO	436.870	513.345	576.524	118%	112%
18	GESTÃO AMBIENTAL	1.338.160	1.286.284	1.297.546	96%	101%
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.437.769	1.586.336	1.555.519	110%	98%
20	AGRICULTURA	643.172	591.486	622.460	92%	105%
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	65.475	66.659	66.063	102%	99%
22	INDÚSTRIA	-	-	-	-	-
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	342.439	247.307	382.381	72%	155%
24	COMUNICAÇÕES	116.177	111.749	96.283	96%	86%
25	ENERGIA	44.277	34.435	32.159	78%	93%
26	TRANSPORTE	13.014.596	11.343.526	11.157.483	87%	98%
27	DESPORTO E LAZER	219.328	140.063	105.030	64%	75%
28	ENCARGOS ESPECIAIS	54.976.680	58.488.509	52.931.253	106%	90%
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
	TOTAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	182.802.212	192.086.087	188.996.423	105%	98%
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	23.977.106	25.918.139	26.966.227	108%	104%
TOTAL DE DESPESAS COM INTRA ORÇ. (EM BILHÕES - R\$)		207 bi	218 bi	216 bi	105%	99%

Tabela 4 – Boletim UM n.º 7 SEC SP Dez/2017

A tabela ao lado, extraída do Portal da Transparência do Estado de São Paulo em agosto de 2017, traz as despesas liquidadas entre os anos de 2014 e 2016, com um recorte por função.

As “Despesas Liquidadas” são aquelas “efetivadas”, ou seja, estão associadas a serviços já prestados ou bens já recebidos pelo Estado.

Conforme previsto no art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem como objetivos: apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Impacto da crise econômica de 2015 no Estado de SP

As tabelas apresentadas demonstram que os cortes efetuados em 2015 e 2016 não obedeceram a uma lógica proporcional. Assim, a redução de 0,7% na arrecadação estadual em 2016 com relação a 2015, evidenciada anteriormente, não foi acompanhada de um corte de mesma proporção nas despesas de cada área. Ao contrário, enquanto funções como “Desporto e Lazer” tiveram queda na dotação de 19% e 16% em 2015 e 2016 com relação ao período anterior, a função “Legislativa” teve acréscimo de 6% e 11% nestes mesmos anos com relação aos anteriores. Assim, dentre as 24 funções elencadas na tabela anterior (desconsideramos a função Indústria, por estar zerada em 2015 e em 2016), cinco tiveram redução na dotação atualizada em 2015 e 2016, sendo a Cultura uma delas. A tabela a seguir apresenta essas áreas e traz o percentual de representação de cada uma nas despesas totais do Estado entre 2014 e 2016, evidenciando a redução de sua participação no conjunto geral das despesas de São Paulo.

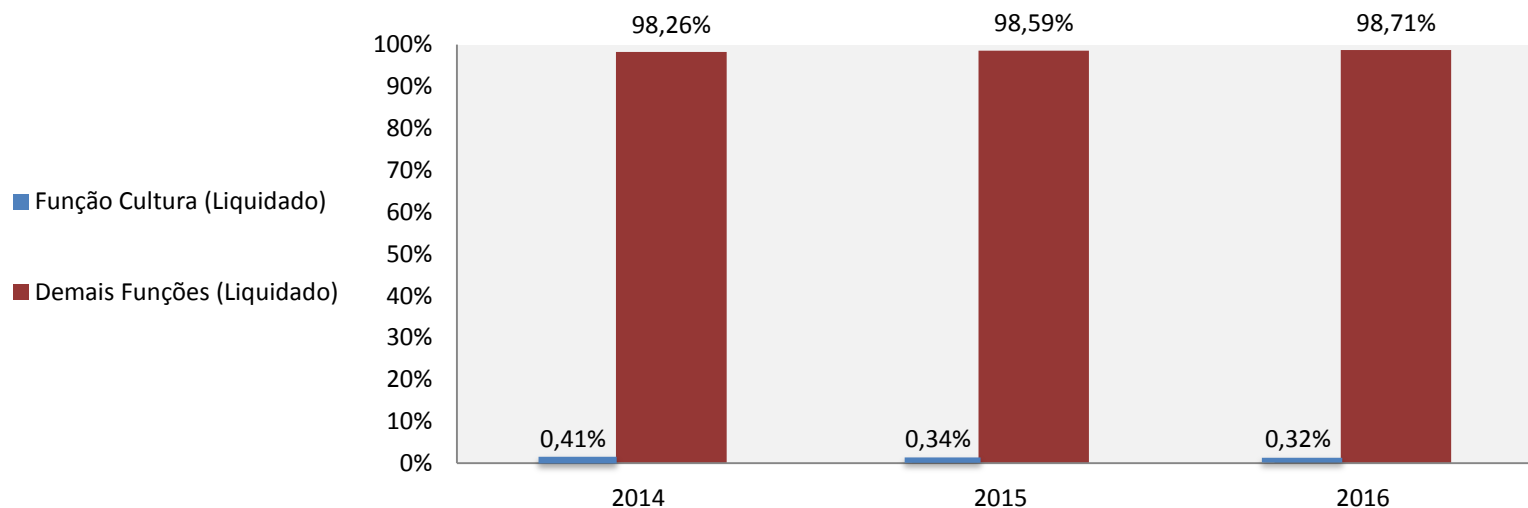
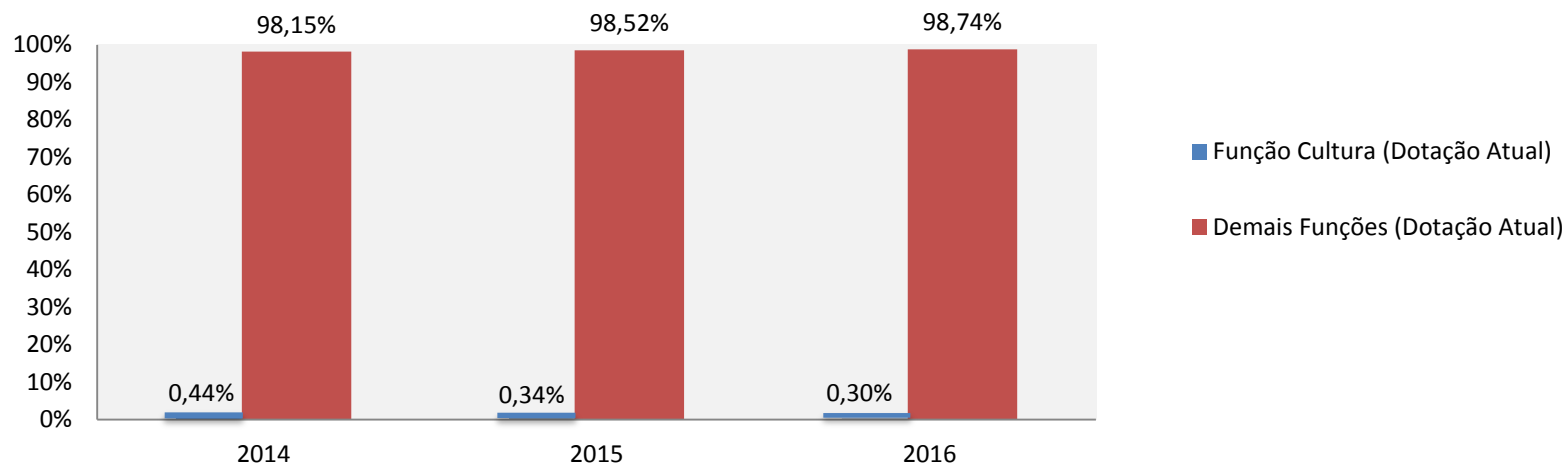
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO		DOTAÇÃO ATUALIZADA (em milhares de R\$)					REPRESENTATIVIDADE		
							DESPESA POR FUNÇÃO / DESPESAS TOTAIS		
		2014	2015	2016	2015 / 2014	2016 / 2015	2014	2015	2016
1	ASSISTÊNCIA SOCIAL	990.683	921.886	844.903	93%	92%	0,45%	0,39%	0,35%
2	CULTURA	962.783	815.858	727.281	85%	89%	0,44%	0,34%	0,30%
3	HABITAÇÃO	1.765.502	1.484.589	1.205.643	84%	81%	0,80%	0,62%	0,50%
4	COMUNICAÇÕES	116.347	112.225	96.298	96%	86%	0,05%	0,05%	0,04%
5	DESPORTO E LAZER	237.514	193.182	161.581	81%	84%	0,11%	0,08%	0,07%
	DEMAIS FUNÇÕES	216.302.080	234.381.517	237.404.955	108%	101%	98,15%	98,52%	98,74%
	TOTAL	220.374.909	237.909.257	240.440.660	108%	101%	100%	100%	100%

Tabela 5 – Boletim UM n.7 SECSP Dez/2017

FONTE: RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Função (Intra) –

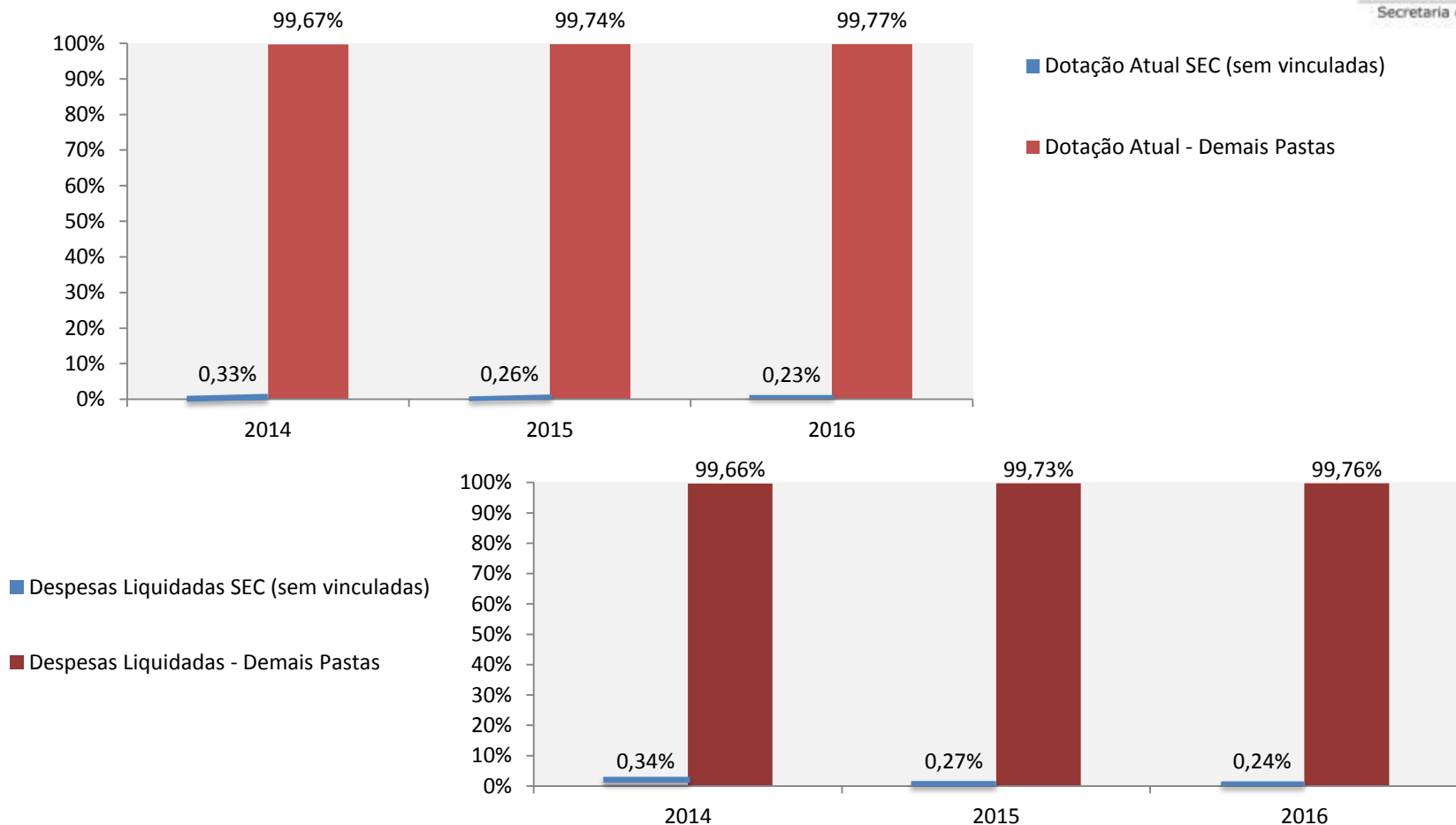
<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relat%C3%B3rio-Resumido-da-Execu%C3%A7%C3%A3o-Or%C3%A7ament%C3%A1ria.aspx>

Redução do orçamento da função Cultura no Estado de SP, devido ao impacto da crise econômica



Os gráficos acima ilustram a **redução da participação das despesas com a Função Cultura** (dotação atual e total liquidado) nas despesas gerais do Governo do Estado de São Paulo entre 2014 e 2016. A queda foi de aproximadamente 21,5% em 2015 e de 12% em 2016 com relação a dotação atual, e de aproximadamente 16% e 7% respectivamente com relação ao valor liquidado. ¹²

Redução do orçamento da Secretaria da Cultura do Estado de SP, devido ao impacto da crise econômica



Gráficos 4 e 5 - Boletim UM n.7 SECSP Dez/2017

Os gráficos acima ilustram a **redução da participação das despesas da Pasta da Cultura** (sem as Fundações vinculadas) no conjunto de despesas totais do Estado de São Paulo. Se em 2014 o orçamento da Pasta (dotação atual) representava apenas 0,33% do total estadual, esse percentual se reduz ainda mais nos anos seguintes, passando a 0,26% em 2015 e 0,23% em 2016. A queda orçamentária na Pasta da Cultura foi de aproximadamente 21% em 2015 e de 12,5% em 2016 com relação à dotação atualizada e de 20% e 10% com relação ao valor total liquidado, percentuais próximos dos identificados na queda com relação à Função Cultura, evidenciando que a alocação por outras Pastas na função Cultura tem sido pouco significativa.

O impacto da crise no orçamento da cultura paulista e a gestão em parceria com as organizações sociais

Segundo o Relatório Anual 2016 do Governo do Estado, a crise econômica trouxe forte impacto no PIB paulista, tendo havido retração real de 3,8% em 2015 e de 3,0% em 2016, o que associou-se à queda de arrecadação e trouxe dificuldades para o Estado na manutenção de diversas políticas públicas em andamento no período.

Nesse contexto, manter investimentos públicos em Cultura, face à necessidade de redução dos gastos no geral, tem sido um grande desafio. É válido observar que mesmo cortes percentualmente expressivos no orçamento da Cultura não têm, em termos absolutos, quase representatividade em termos econômicos, quando comparados com outras áreas como Educação e Saúde. Conforme dados do Portal da Transparência/SEFAZ, as despesas liquidadas com a função Cultura representaram, em 2016, apenas 3% das despesas com Saúde e só 2% das com Educação. Com um orçamento tão pequeno, os cortes na Cultura, para terem alguma representatividade no total das despesas públicas, têm sido bastante altos. Isso também se dá pela dificuldade que a área tem de demonstrar que investir em Cultura traz retornos positivos para todas as demais áreas transversalmente.

No entanto, manter os investimentos na SEC SP é manter o apoio à preservação do patrimônio cultural do Estado, manter o fomento à criação e circulação de bens artísticos e culturais e manter equipamentos, grupos artísticos e programas que impactam diretamente mais de 10 milhões de pessoas por ano (mais de 23% da população do Estado), além de gerarem quase 5 mil empregos diretos e descentralizarem as ações da política cultural, atingindo 98,9% dos municípios do Estado.

Além disso, os investimentos na área cultural são alocados prioritariamente nas finalidades das políticas públicas de cultura: ampliação do acesso e da circulação das artes e da cultura, incentivo à criação e à fruição artística e cultural, preservação do patrimônio, profissionalização de agentes culturais e estímulo ao desenvolvimento social e econômico sustentável.

Na tentativa de lidar com os desafios do setor cultural, há 13 anos a Secretaria da Cultura adotou o modelo de gestão em parceria com organizações sociais de cultura para o gerenciamento de seus equipamentos, grupos artísticos e programas. Diversos aspectos desse modelo de gestão foram tratados nos Boletins UM nº 2, 4, 5, 6 e 8 (lançado juntamente com este) e estão detalhados nos planos, relatórios e pareceres disponíveis no portal da Transparência na Cultura (www.transparenciacultura.sp.gov.br).

Nos gráficos a seguir, dois outros aspectos do modelo OS são evidenciados: (1) a possibilidade de composição de receitas, somando captação de recursos e rendimentos diversos para a realização das ações previstas e (2) a distribuição das despesas, classificadas pela Secretaria da Cultura em área fim e área meio.

Os Contratos de Gestão no Orçamento da Cultura Paulista

Evolução do número de Contratos de Gestão de 2004 a 2016

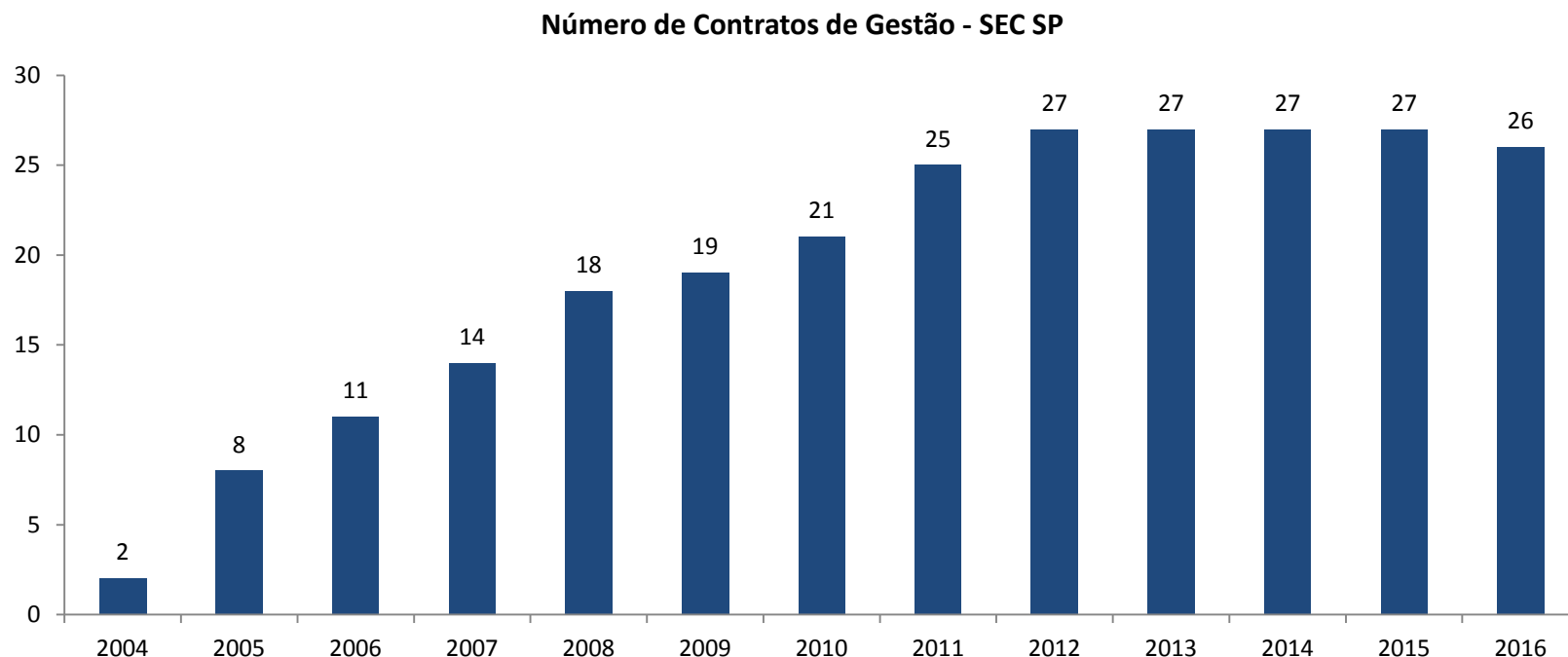
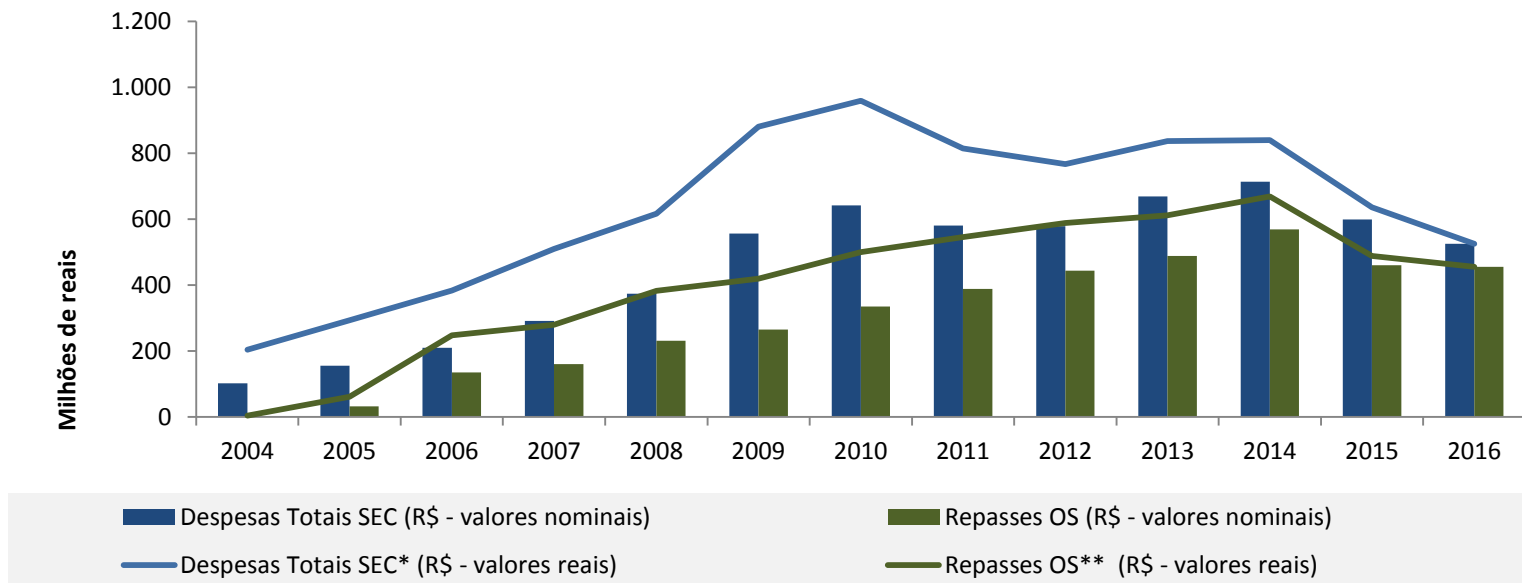


Gráfico 6 – Boletim UM n.7 SECSP Dez/2017

Contrato de gestão é o nome dado ao instrumento de parceria que o Estado de São Paulo pode firmar com instituições privadas sem fins lucrativos que atuam na área cultural e são previamente qualificadas como organizações sociais de cultura, nos termos da Lei 846/1998. O gráfico acima permite observar o crescimento, ano a ano, do total de contratos de gestão firmados entre a Secretaria da Cultura e as OSs. Entre 2012 e 2015, apesar da constância no número de contratos, houve considerável ampliação do número de objetos contratuais, com destaque para a abertura de 10 Fábricas de Cultura e da Biblioteca Parque Villa-Lobos, equipamentos construídos e integrados a contratos de gestão já existentes. A redução de contratos em 2016 reflete a crise econômica atual, tendência que se manteve em 2017.

Evolução das despesas primárias da SEC SP e dos recursos aplicados em Contratos de Gestão com OS de Cultura



Fonte: *SEFAZ (<https://www.sigeo.fazenda.sp.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>) e **Séries Históricas UM-SEC

O gráfico nº 7 apresenta o crescimento real de despesas da SEC entre 2004 e 2016, evidenciando a injeção de recursos públicos alocados na Pasta nesse período. O pico observado entre 2009 e 2010 diz respeito ao período de maiores aportes para projetos e obras de construção, tais como Projeto do Complexo Cultural Luz e Fábricas de Cultura, e de reformas, como a do Museu da Imigração. A entrada em operação da maior parte dos novos empreendimentos nos anos seguintes contribuiu para o crescimento observado na sequência. A adoção do modelo OS fez com que aumentasse a execução orçamentária da Pasta, na medida em que a alocação de recursos nos contratos de gestão e a comprovada realização das atividades previstas resultou na garantia de continuidade das iniciativas, reduzindo a devolução de recursos públicos ao erário devido às dificuldades para comprar e contratar. A regularização de pessoal por meio das parcerias (com o uso da CLT substituindo os contratos precários que o Estado utilizava anteriormente), também representou ampliação das despesas.

As barras indicam os valores nominais, ou seja, aqueles realizados em cada ano. Por sua vez, as linhas indicam os valores reais, atualizados segundo o Índice de Preços ao Consumidor – IPCA, para a data base dezembro de 2016.

Evolução das despesas primárias da SEC SP e dos recursos aplicados em Contratos de Gestão com OSs de Cultura

Com a adoção do modelo OS, aumentaram progressivamente o orçamento e os resultados da SEC SP e, conseqüentemente, suas despesas, variando ano a ano o percentual que os contratos de gestão representaram no total. A partir de 2011, a redução do orçamento global da Secretaria, somada à entrada em operação de novos equipamentos geridos por meio de parcerias com OSs, fez com que a participação delas na distribuição orçamentária da Pasta crescesse. Isso reflete o esforço em manter em operação os contratos de gestão e, portanto, os equipamentos, programas e grupos artísticos do Estado geridos nessas parcerias.

O modelo OS se tornou proporcionalmente cada vez mais representativo, chegando a ocupar 79% das despesas da Pasta em 2015 e 82% em 2016, apesar de os contratos de gestão terem sofrido cortes nominais expressivos. Isso mostra que, na crise, a SEC prioriza manter os equipamentos, programas e grupos artísticos do Estado em funcionamento. Evidencia também a maior dificuldade de se obter, manter e ampliar recursos para as demais iniciativas da Pasta (em especial, as ações de fomento e parcerias diretas com municípios, bem como obras de reforma, restauro e construção).

Evolução das despesas da SEC SP e dos recursos aplicados em contratos de gestão com OS, com relação aos recursos do Estado

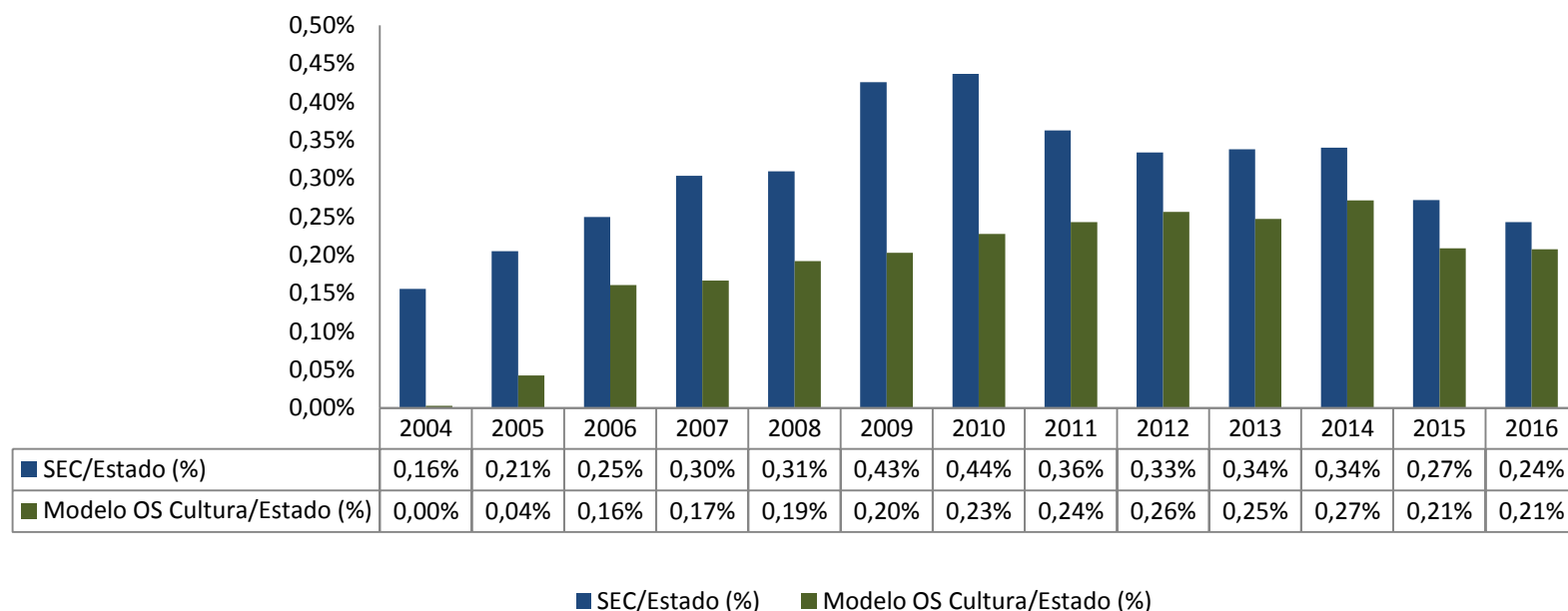


Gráfico 8 - Boletim UM n.7 SECSP Dez/2017

Quando analisamos a alocação de recursos pelo Estado de São Paulo na área cultural, vemos que se verificou uma tendência crescente de 2004 a 2010, em relação ao orçamento total do Estado – período em que contratos de gestão também cresceram significativamente, passando a ter, a cada ano, mais relevância nas despesas do Estado. Em meia década, a Cultura saltou de 0,16% para 0,43% do orçamento público total paulista, representando 175% de aumento. Esses índices tornaram a diminuir a partir de 2011, mantendo-se relativamente estáveis entre 2012 e 2014, na casa de 0,34%. As reduções expressivas em relação a esse patamar em 2015 e em 2016 refletem os graves efeitos da crise financeira no setor cultural público. O gráfico também permite observar que os contratos de gestão tiveram crescimento moderado e constante entre 2006 e 2014, indo de 0,16% do orçamento total do Estado em 2006 (com 11 contratos de gestão) para 0,27% em 2014 (com 27 contratos). A redução no biênio seguinte também sinaliza os impactos da crise.

Evolução da captação de recursos realizada pelas OS de Cultura para os Contratos de Gestão com a SEC SP (em milhões de reais)

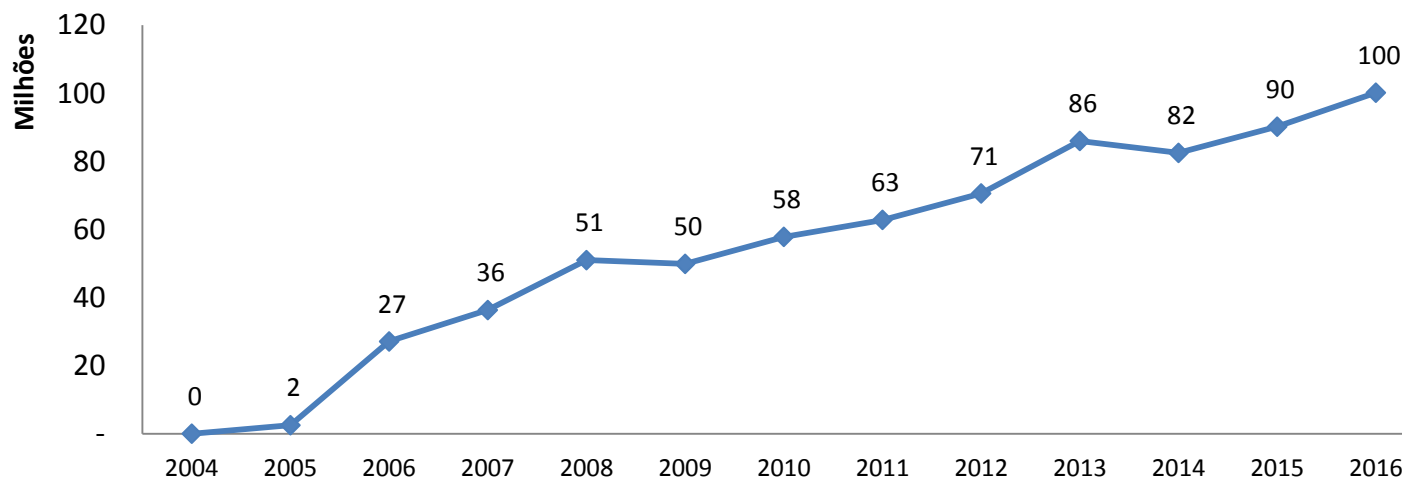
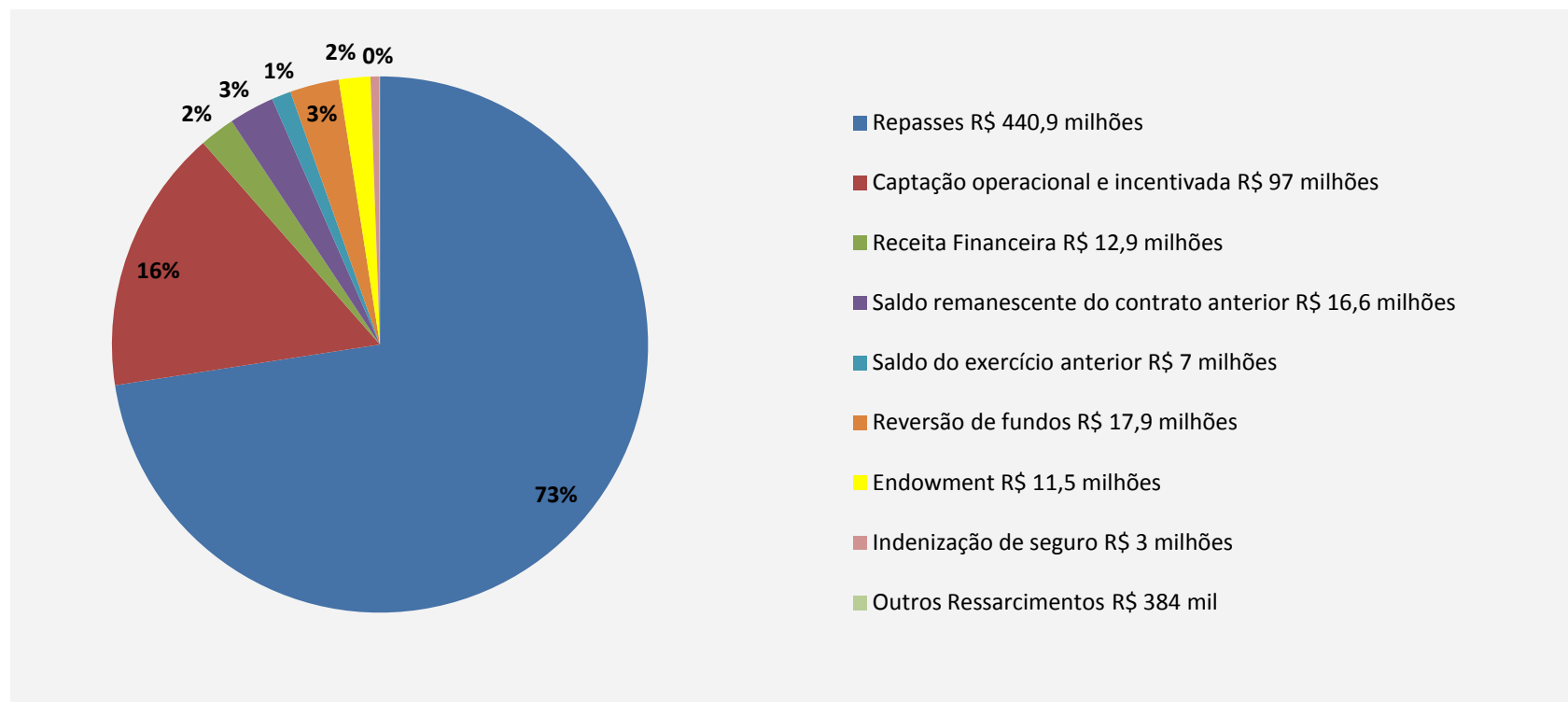


Gráfico 9 - Boletim UM n.7 SECSP Dez/2017

O gráfico acima apresenta a evolução crescente, ano a ano, da captação de recursos realizada pelas organizações sociais de cultura para os equipamentos, programas e grupos artísticos geridos por meio de contratos de gestão. Desde o início desse modelo de gestão, a Secretaria da Cultura tem insistido junto às OSs para estruturarem iniciativas voltadas a diversificar e ampliar as fontes de receita para as parcerias, com resposta positiva ao longo dos anos. Especialmente no período de crise financeira vivenciado entre 2015 e 2016, foi possível observar junto às organizações sociais uma intensificação dos esforços para captação de recursos, tanto operacionais quanto incentivados e, ainda, obtidos por meio de doações diretas. Nesse período, a captação de recursos foi decisiva para reduzir o impacto negativo da crise financeira na realização dos resultados finalísticos, contribuindo – junto com o empenho pela otimização de recursos – para evitar mais demissões e a consequente redução do total de atividades e públicos.

Total de receitas dos Contratos de Gestão SEC SP em 2016



A partir de 2013, por meio de um trabalho coordenado pela Secretaria da Cultura com participação das OS de Cultura e apoio dos órgãos de controle, tem-se buscado a definição de parâmetros comuns para a apresentação dos resultados financeiros e contábeis. O gráfico acima, extraído dos planos orçamentários entregues pelas OS para 2016, segundo o modelo validado pela SEC, apresenta as principais fontes de receitas com as quais elas contam para execução das ações pactuadas em seus contratos de gestão.

Como se pode ver, a principal fonte de recursos é o repasse feito pela SEC, representando 73% do total de receitas. No entanto, há ainda outras fontes, sendo a captação de recursos operacionais (tais como bilheteria, cessão de espaço, assinaturas) e a captação incentivada (com recursos provenientes de leis de incentivo, tais como Lei Rouanet e PROAC) fundamentais para composição dos recursos em diversos contratos de gestão, sobretudo, nesse momento de crise econômica.

Total de despesas dos Contratos de Gestão SEC SP em 2016

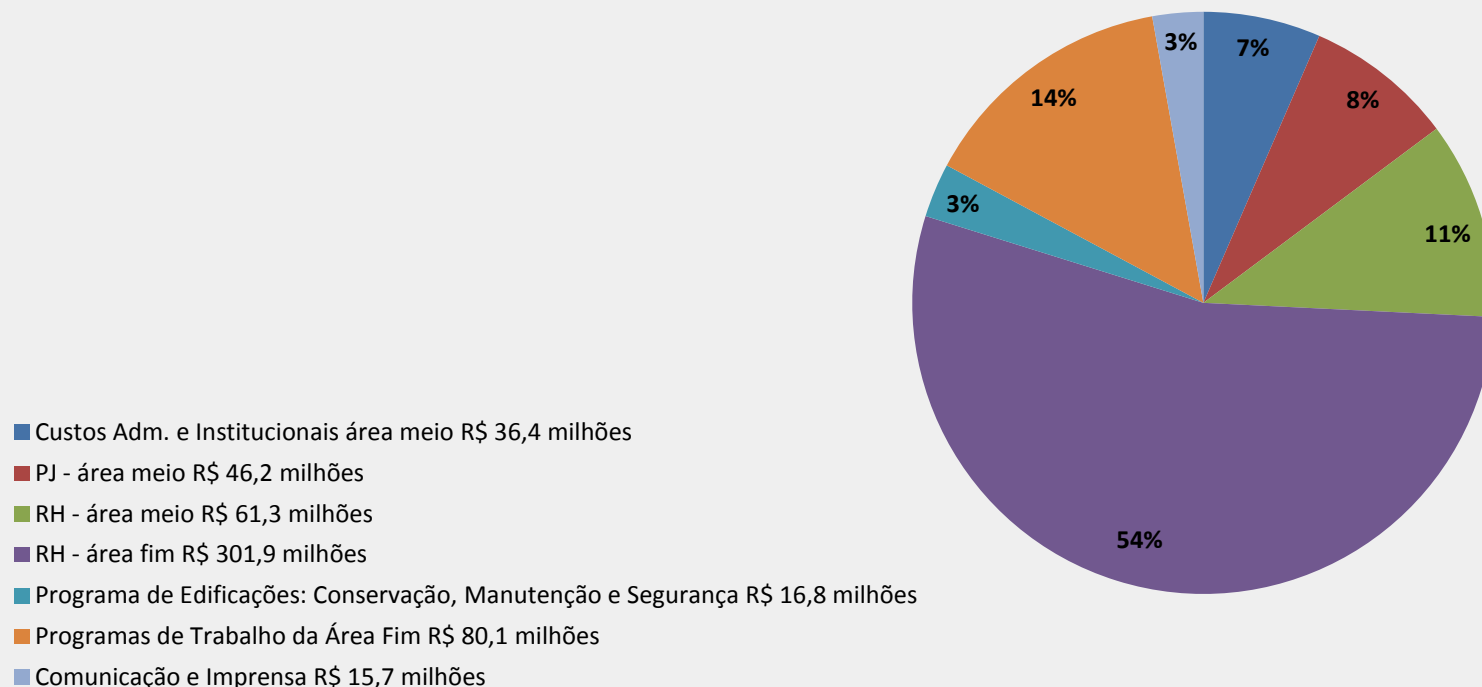
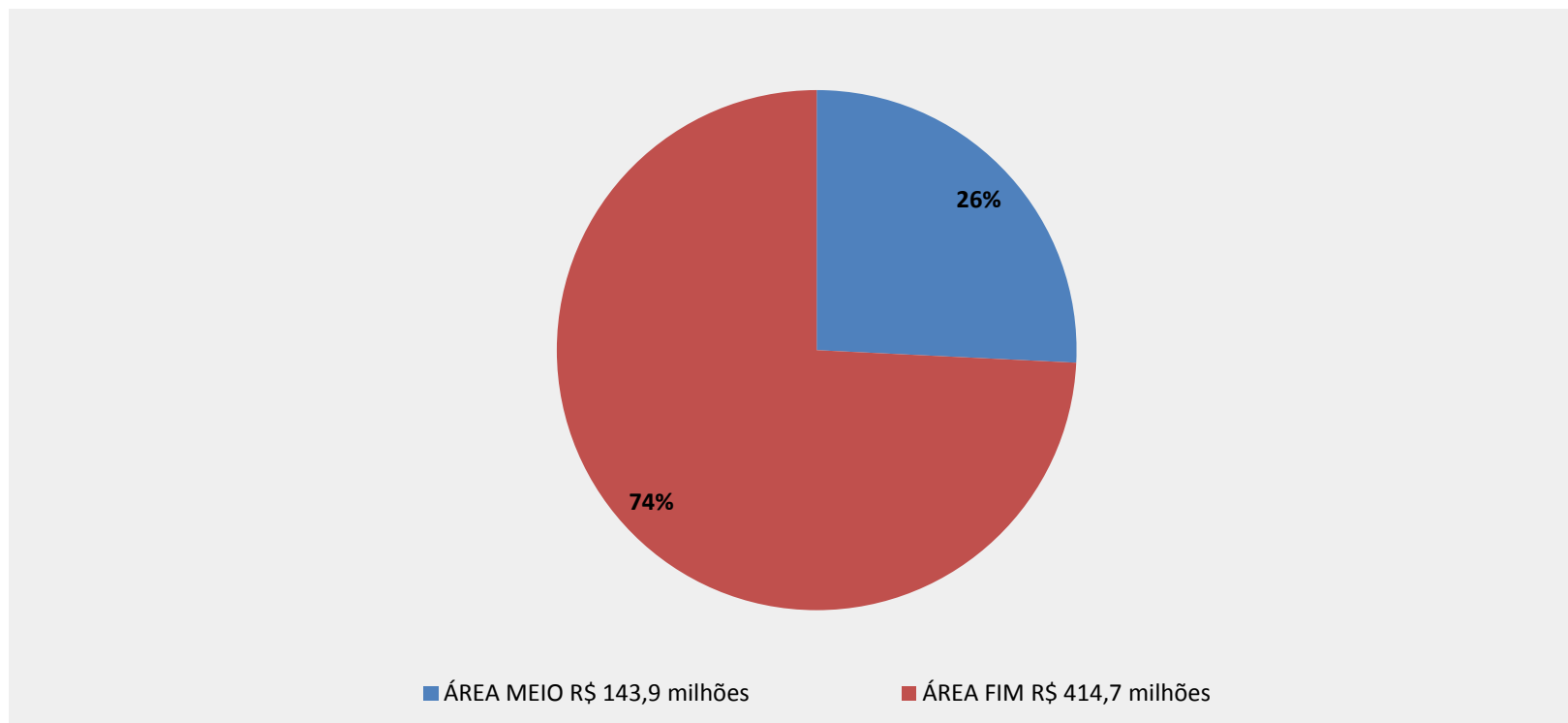


Gráfico11 - Boletim UM n.7 SECSP Dez/2017

As principais despesas dos contratos de gestão são alocadas em recursos humanos, representando, em 2016, 65% do total. Essa mão de obra divide-se em área meio, 11% do total, e área fim, 54% do total. O fato de a maior parte dos recursos alocarem-se em RH evidencia uma característica fundamental da área Cultural, que é a impossibilidade de se fazer Cultura sem pessoas, o que a diferencia de outras áreas que permitem e até requerem a substituição de pessoal por máquinas e equipamentos. Uma análise mais aprofundada sobre recursos humanos é apresentada no Boletim UM nº 8, disponível no Portal da Transparência na Cultura. Além dos recursos humanos, o conjunto geral de despesas inclui despesas gerais com os programas de trabalho de área fim, que somam 14% do total de despesas; a contratação de serviços de terceiros para execução de atividades de área meio, tais como vigilância, auditoria e limpeza, representando 8%; custos administrativos e institucionais, que totalizam 7%, e as despesas de comunicação e imprensa e de manutenção das edificações, que somam 3% do total cada.

Distribuição das despesas dos Contratos de Gestão: área fim e área meio - SEC SP em 2016



O gráfico acima apresenta as despesas totais das 20 OS que mantiveram contrato de gestão com a SEC em 2016, divididas em dois conjuntos: despesas de área meio e despesas de área fim. As despesas de área fim representaram **76%** do total e correspondem aos gastos com recursos humanos que atuam nas atividades finalísticas e às despesas específicas para realização de atividades-fim de cada contrato de gestão, tais como: despesas com exposições nos museus, aquisição de livros nas bibliotecas, pagamento de cachês para artistas nos eventos e assim por diante. As despesas de área meio são: as despesas com manutenção e conservação das edificações, bem como as despesas administrativas e com RH vinculado a essas áreas, além das despesas com prestadores de serviços de ações não vinculadas diretamente a área fim, tais como limpeza, segurança, auditoria etc. e, ainda, os gastos institucionais e de governança. Esse grupo representou **26%** do total de despesas.

Distribuição das receitas e despesas dos Contratos de Gestão em 2016

Os gráficos a seguir apresentam, por área (Museus, Formação Cultural, Difusão e Bibliotecas) as receitas e despesas das OS que mantiveram contrato de gestão com a SEC em 2016.

Total de Receitas dos Contratos de Gestão

Unidade de Museus em 2016

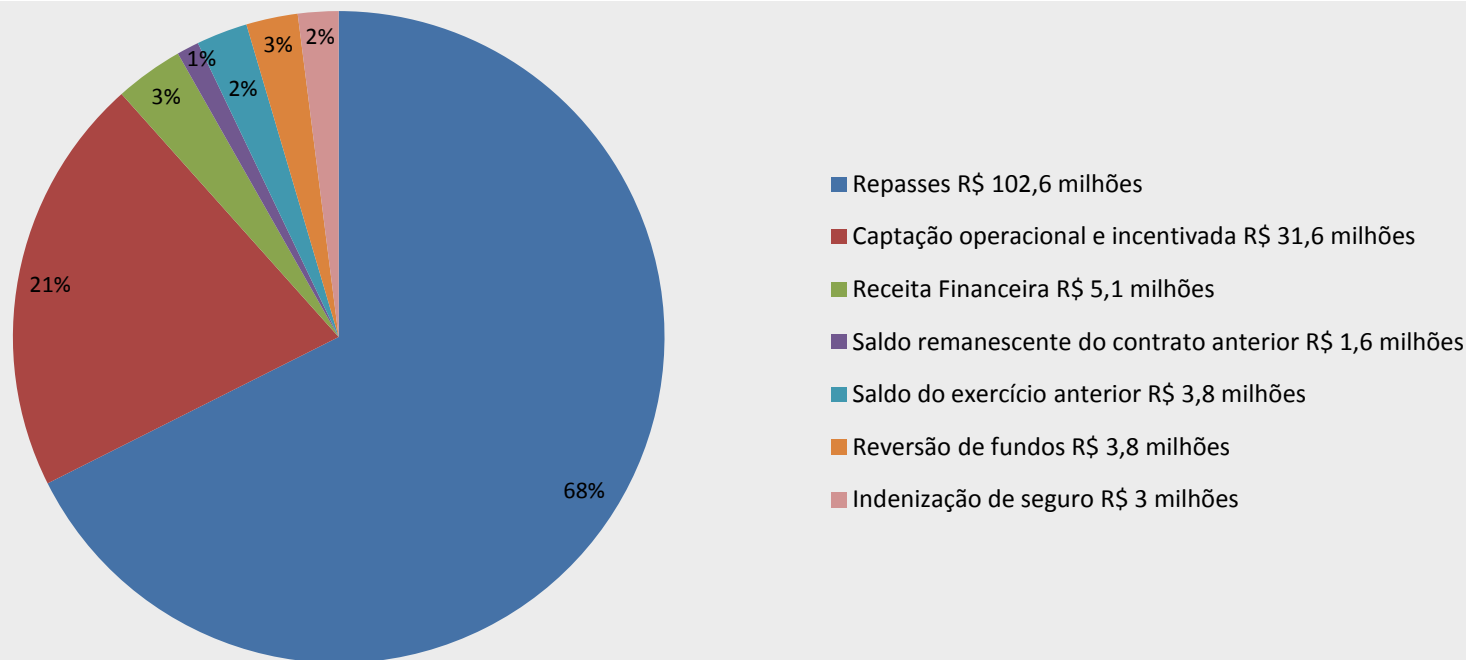
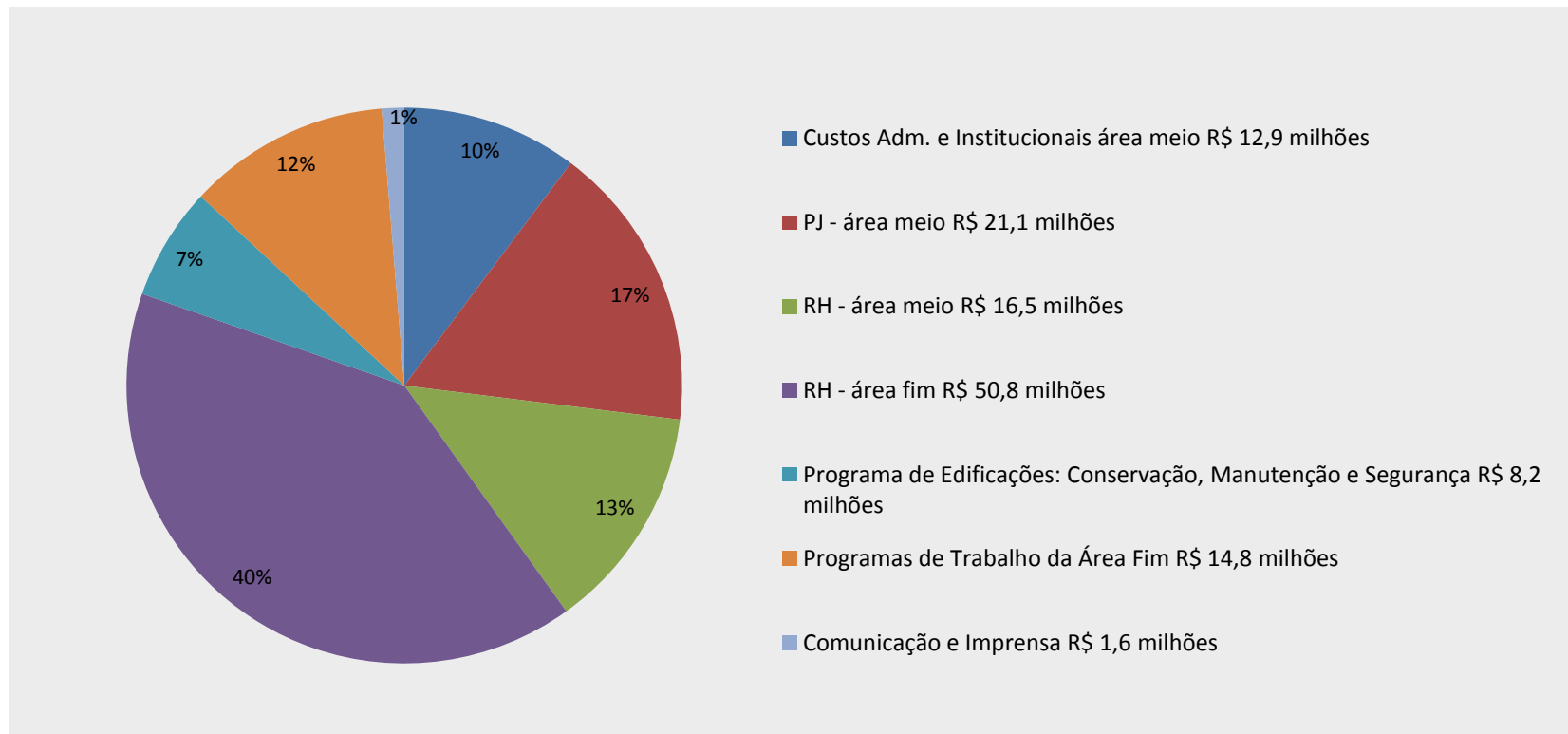


Gráfico 13 - Boletim UM n. 7 SECSP Dez/2017

O gráfico apresenta as receitas das organizações sociais da área de Museus, sob coordenação da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, sendo que a principal fonte de recursos foi o repasse estadual efetuado pela SEC, que representou 68% do total de receitas. A soma de captação operacional (bilheteria, loja, café, restaurante, estacionamento etc.) e captação incentivada representou no período 21% e as demais receitas totalizaram 11%.

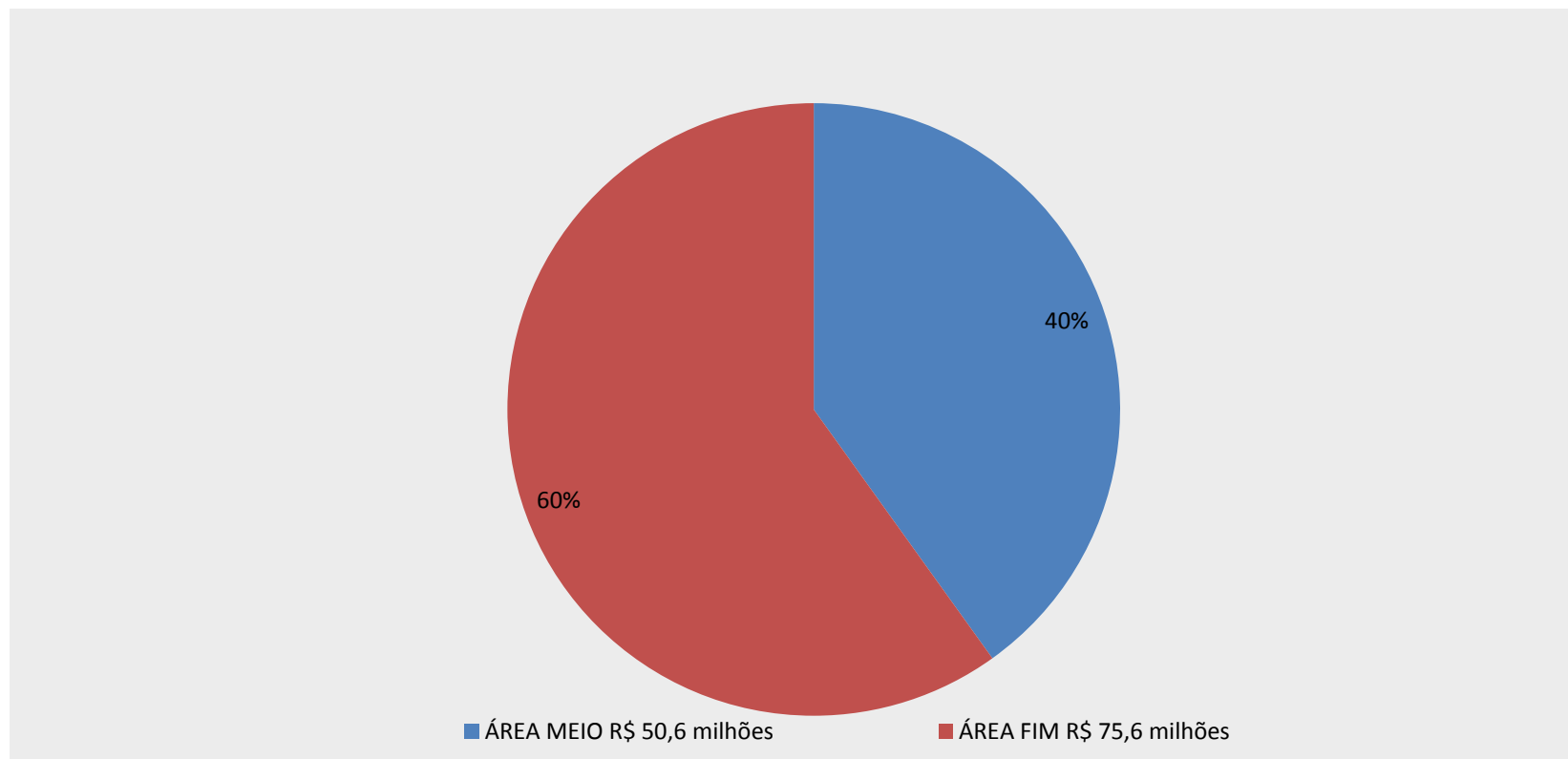
Total de Despesas dos Contratos de Gestão

Unidade de Museus em 2016



O gráfico acima apresenta as despesas das organizações sociais da área de Museus, sendo que a principal despesa foi o gasto com recursos humanos de área fim, que representou 40% do total. As despesas com pessoal de área meio totalizaram 13% e com prestadores de serviço, 30%. Desse modo, os custos com mão de obra na área museológica representam 70% do total de despesas. Os 30% restantes dividem-se em gastos com os programas de trabalho de área fim (12%); custos administrativos e institucionais, tais como água, luz, uniformes etc. (10%); manutenção predial, conservação preventiva e segurança das edificações (7%) e comunicação e imprensa (1%).

Distribuição das despesas dos Contratos de Gestão: área fim e área meio - Unidade de Museus em 2016



O gráfico acima apresenta outro olhar sobre as despesas totais da área de Museus em 2016, aqui divididas apenas em dois conjuntos: área meio e área fim. As despesas de área fim, que somaram 60% do total, contemplam recursos humanos e os gastos específicos para realização de atividades-fim. No caso das OSs de Museus, trata-se, sobretudo, de despesas com exposições e programação cultural; documentação, preservação e pesquisa de acervo; serviço educativo (com destaque para os projetos com estudantes e públicos-alvo tais como pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade social e idosos) e articulação do Sistema Estadual de Museus - SISEM SP, entre outras. Já as despesas de área meio, responsáveis por 40% do total, incluem os gastos com edificações e despesas administrativas, bem como os recursos humanos vinculados a essas áreas e, ainda, os gastos institucionais e de governança, e as despesas com prestadores de serviços de ações não vinculadas diretamente a área fim, tais como limpeza, segurança, auditoria etc.

Exemplificando as despesas na Unidade de Museus

Museu Catavento – OS: Catavento Cultural e Educacional



A manutenção predial do Museu Catavento envolve um complexo conjunto de ações preventivas e corretivas, voltadas à preservação do Palácio das Indústrias, obedecendo as normas de preservação do patrimônio tombado e as orientações do Corpo de Bombeiros. São serviços especializados e periódicos que demandam diversos materiais e cuidados de segurança, para garantir os devidos cuidados com a edificação, sem colocar em risco funcionários e público. Esse trabalho é fundamental para garantir a conservação do edifício, tornando mais distantes e menos caras as necessidades de restauro ou de outras intervenções maiores.

Já o serviço educativo do Museu Catavento inclui uma variedade de ações, como a realização da Mostra Paulista de Ciências e Engenharia (MOP), em parceria com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP. A MOP é uma iniciativa criada para estimular a pesquisa científica, o desenvolvimento da cultura investigativa, a inovação e o empreendedorismo nos estudantes da educação fundamental, média e técnica do Estado de São Paulo. Além disso, é uma oportunidade para a troca de informações entre estudantes de escolas públicas e particulares, a aproximação entre a educação básica e técnica, cientistas renomados e empresas. Na última edição, foram apresentados 105 projetos finalistas de escolas de 34 cidades de São Paulo e os ganhadores receberam notebooks doados pelo setor privado, por intermédio do Museu Catavento.



Exemplificando as despesas na Unidade de Museus

Museu da Imigração – OS: Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração - INCI



No Museu da Imigração, o público tem a oportunidade de realizar visitas com educadores, onde é convidado a conhecer a exposição de longa duração “Migrar: experiências, memórias e identidades”. Essas visitas são mediadas pelo núcleo educativo do Museu, que é capacitado para abordar uma diversidade de temas, de acordo com o interesse do grupo que se apresenta para a atividade, inclusive com a possibilidade de visitas realizadas em inglês ou espanhol.

Já entre as várias atividades da programação cultural do Museu da Imigração, destaca-se a Festa do Imigrante – tradicional evento que anualmente recebe milhares de visitantes para desfrutar de gastronomia, música, dança, artesanato, cinema, contação de histórias e inúmeras outras atividades artísticas e culturais de dezenas de povos imigrantes que fixaram suas raízes no Brasil, sem deixar de preservar seus legados de origem. Integralmente organizada pelo Museu, a festa é uma complexa articulação de culturas diferentes, que se integram numa demonstração de respeito à diversidade, valorização do patrimônio cultural e fomento à economia da cultura.



Exemplificando as despesas na Unidade de Museus

Museu Índia Vanuíre – OS: Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari

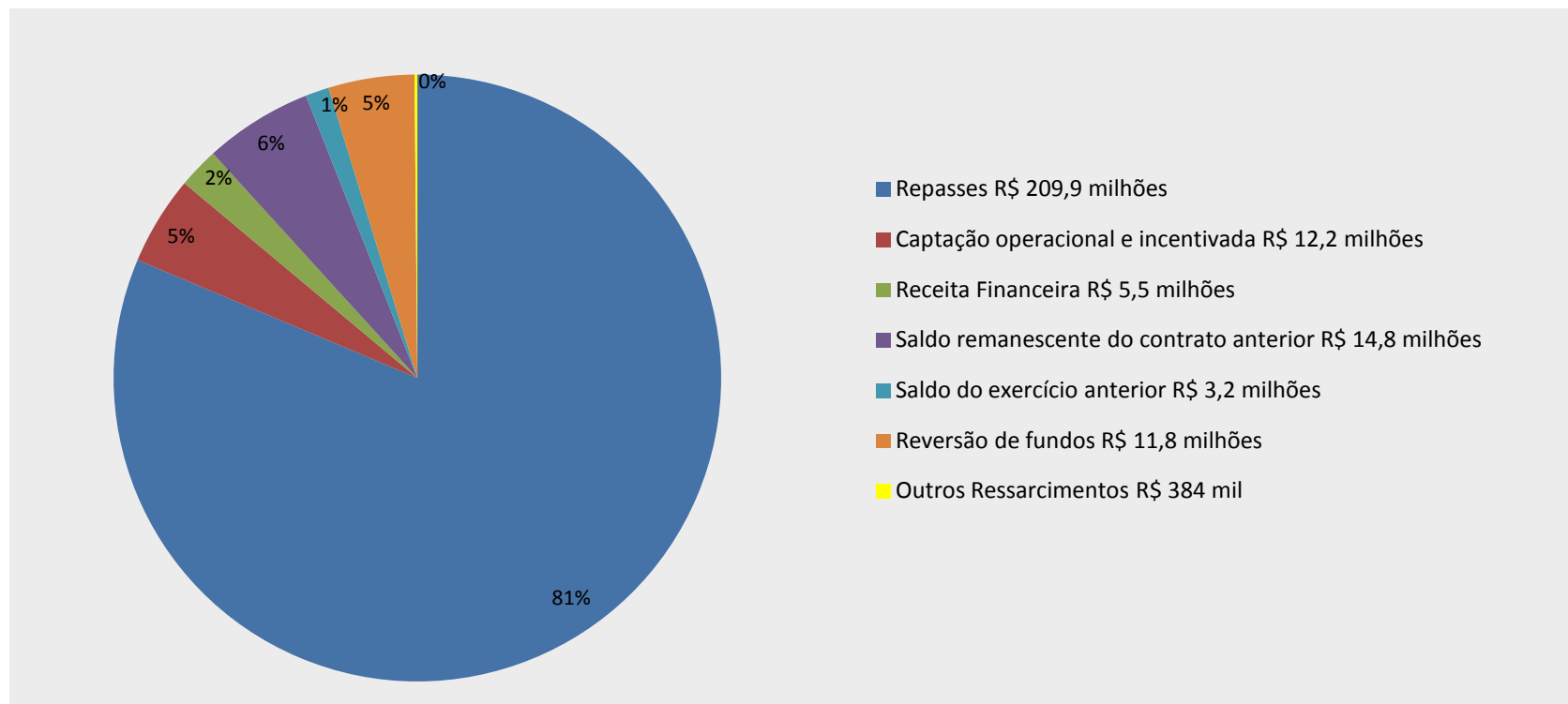


Em consonância com a política de museus da Secretaria da Cultura, o Museu Índia Vanuíre, em Tupã, dedica especial atenção à preservação do patrimônio artístico e cultural indígena, inclusive na coleta e identificação de acervos indígenas contemporâneos. Atua com educadores indígenas das Terras Indígenas próximas ao Museu e realiza atividades de extensão nessas TI (Arco-Íris e Vanuíre), no intuito de intensificar o diálogo, num processo participativo contínuo e cumulativo que busca atualizar o Museu, sem situar o índio em uma posição desfavorável, equivocada ou romanceada, muito menos como um personagem do “passado”, mas sim como sujeito histórico e atuante no território paulista, que também é seu território. A ênfase no respeito à diversidade cultural, sem ignorar as diferenças e os conflitos existentes na região, e a busca pela construção de uma cultura da paz marcam as atividades diversas realizadas nesse equipamento cultural.



Total de Receitas dos Contratos de Gestão

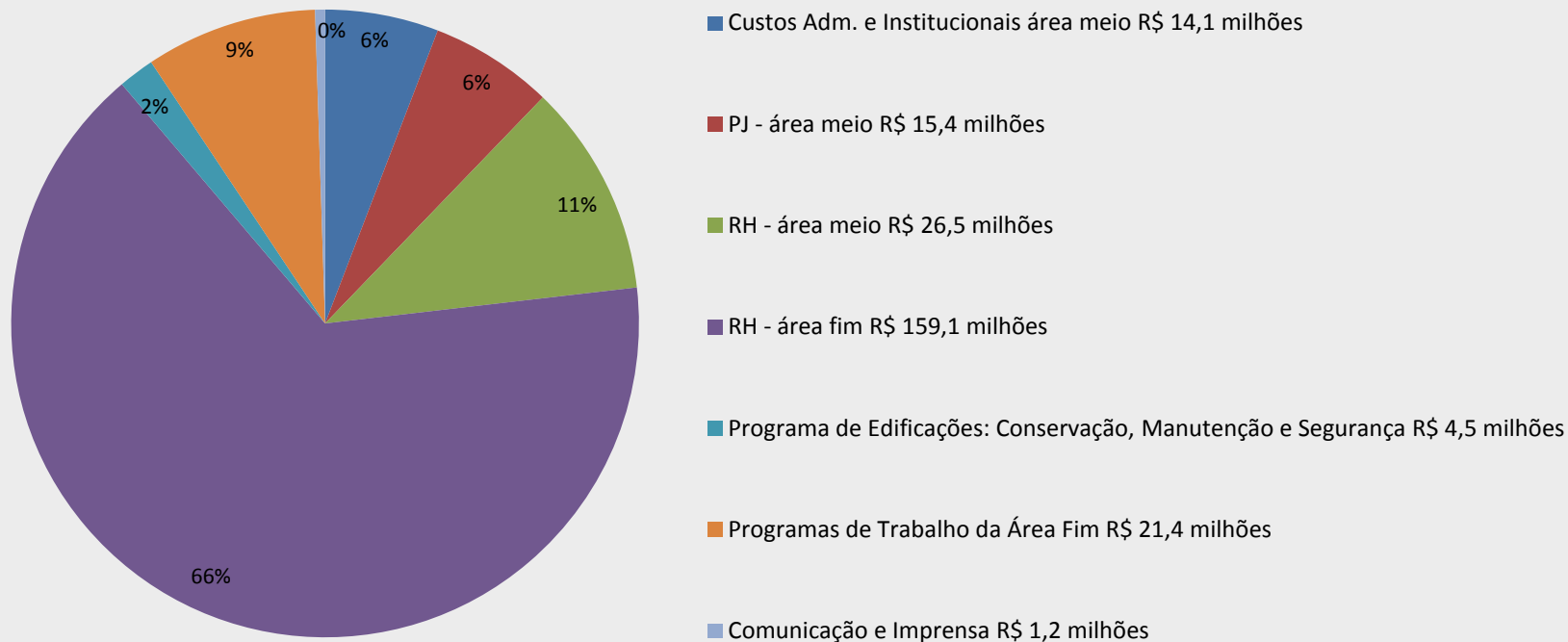
Unidade de Formação Cultural em 2016



O gráfico apresenta as receitas das organizações sociais da área de Formação Cultural, sob coordenação da Unidade de Formação Cultural da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, sendo que a principal fonte de recursos foi o repasse estadual efetuado pela SEC, que representou 81% do total de receitas. A captação de recursos (principalmente incentivada) representou 5% no período e as demais receitas totalizaram 14%.

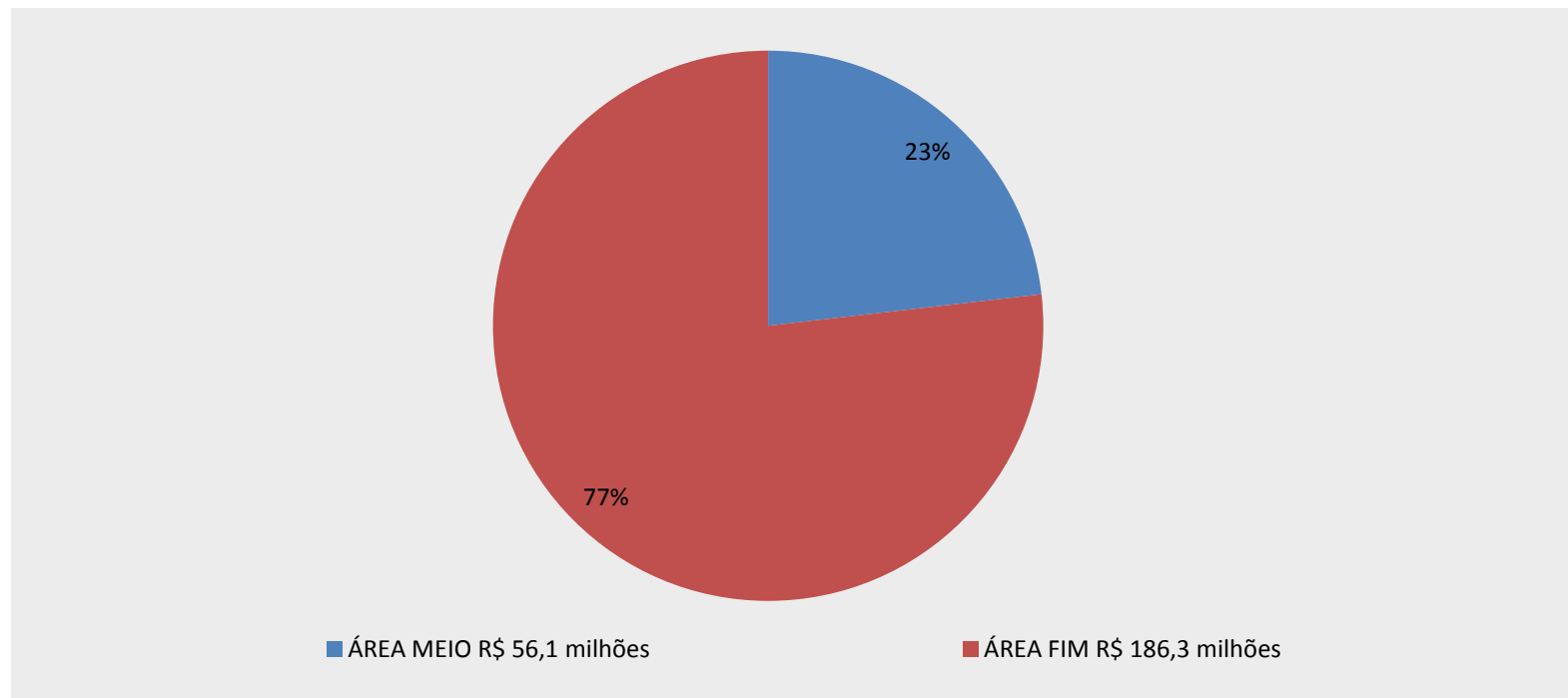
Total de Despesas dos Contratos de Gestão

Unidade de Formação Cultural em 2016



O gráfico apresenta as despesas das OS da área de Formação Cultural, sendo que a principal despesas foi o gasto com recursos humanos de área fim, que representou 66% do total de despesas. As despesas com pessoal de área meio e com prestadores de serviço somaram 17%. Desse modo, os custos com mão de obra na área de Formação representaram 84% do total de despesas. Os 16% restantes dividem-se em custos dos programas de trabalho de área fim (9%); custos administrativos e institucionais, tais como água, luz, uniformes, locação de imóveis etc. (6%) e manutenção das edificações (2%). As despesas com comunicação e imprensa foram inferiores a 1%.

Distribuição das despesas dos Contratos de Gestão: área fim e área meio – Unidade de Formação Cultural em 2016



O gráfico acima apresenta as despesas totais da área de Formação Cultural em 2016, divididas em dois conjuntos: despesas de área meio e despesas de área fim. As despesas de área fim corresponderam a 77% do total, contemplando recursos humanos e as despesas específicas para realização de atividades-fim. No caso da área de Formação Cultural, a composição dessas despesas varia entre os diferentes contratos, contemplando desde ações formativas (materiais, instrumentos e insumos para aulas, cursos, workshops, palestras etc.) e de difusão formativa (recursos para apresentações dos alunos e para produção de espetáculos) a bolsas-auxílio e compra e manutenção de instrumentos musicais, entre outras. As despesas de área meio totalizaram 23% do total, envolvendo os gastos institucionais e de governança, as despesas com edificações e administrativas e com recursos humanos vinculados a essas áreas, além de prestadores de serviços de ações não vinculadas diretamente à área fim, tais como limpeza, segurança, auditoria etc.

Exemplificando as despesas na Unidade de Formação Cultural

Projeto Guri - OSs: Associação Amigos do Guri e Santa Marcelina Cultura



Na área de Formação Cultural, a principal despesa se refere à viabilização das aulas, em cursos regulares ou livres, nas mais diversas modalidades artísticas e de formação cultural, inclusive para gestão.



O Projeto Guri, que contou com 388 polos em 289 municípios no ano de 2017, é um programa que ministra aulas de formação musical, empresta instrumentos musicais para os alunos ensaiarem em casa e realiza acompanhamento da performance escolar de seus alunos, além de dispor de psicólogos e assistentes sociais para apoio e, quando necessário, para viabilizar encaminhamento à rede de proteção a crianças e adolescentes do Estado.

Nos destaques, aula no polo de Ourinhos e alunos com instrumentos emprestados em suas residências.

Exemplificando as despesas na Unidade de Formação Cultural

São Paulo Escola de Teatro - OS: Associação dos Artistas Amigos da Praça - ADAAP



Aulas, apresentações e ensaios na SP Escola de Teatro.



Exemplificando as despesas na Unidade de Formação Cultural

Núcleo Luz – OS: POIESIS – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

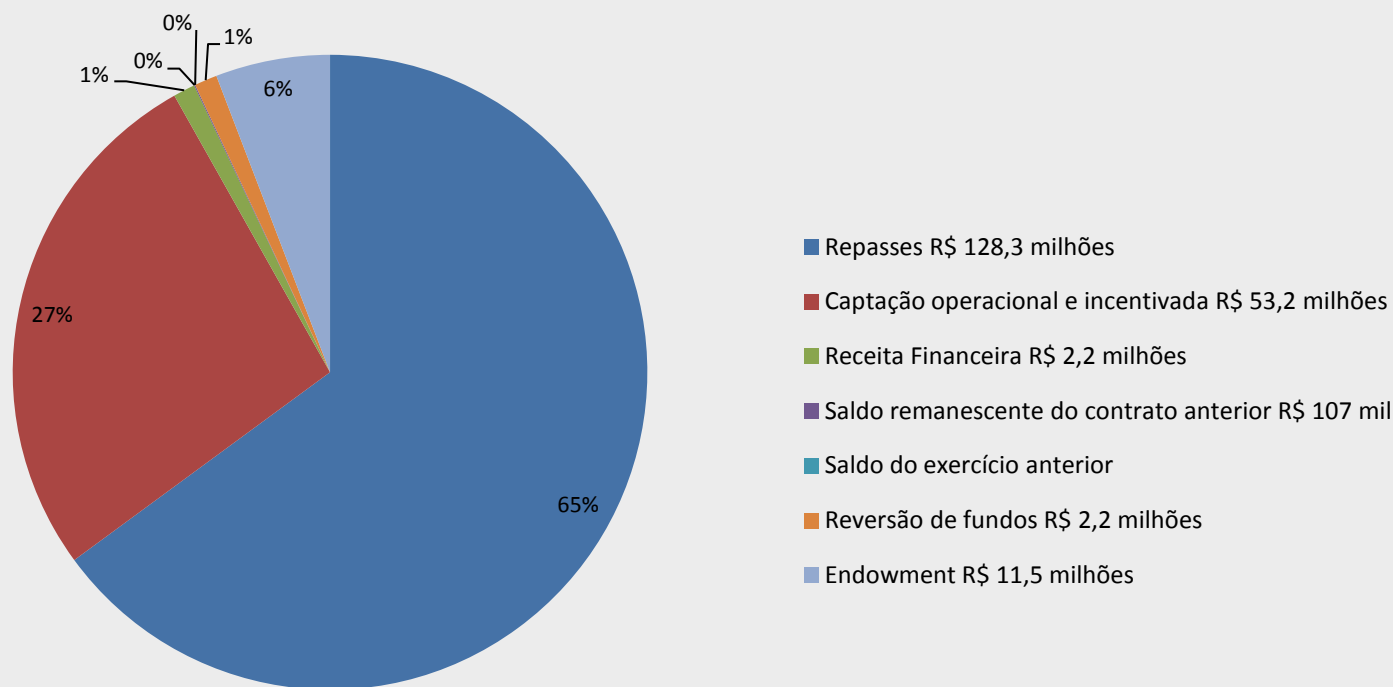


O projeto Núcleo Luz faz parte do Programa Fábricas de Cultura e tem como um de seus principais objetivos transformar a vida de jovens por meio da dança e da arte. Há 10 anos, ele oferece a jovens de baixa renda a oportunidade de experimentar a dança de forma aprofundada. Com ensaios frequentes e apresentações realizadas nos mais diversos espaços públicos, além das próprias Fábricas de Cultura, como as Oficinas Culturais do Estado, as estações do metrô da capital e teatros em vários municípios, os aprendizes vivenciam, além das aulas de corpo, atividades socioculturais e processos criativos, em interface com outras linguagens artísticas.



Total de Receitas dos Contratos de Gestão

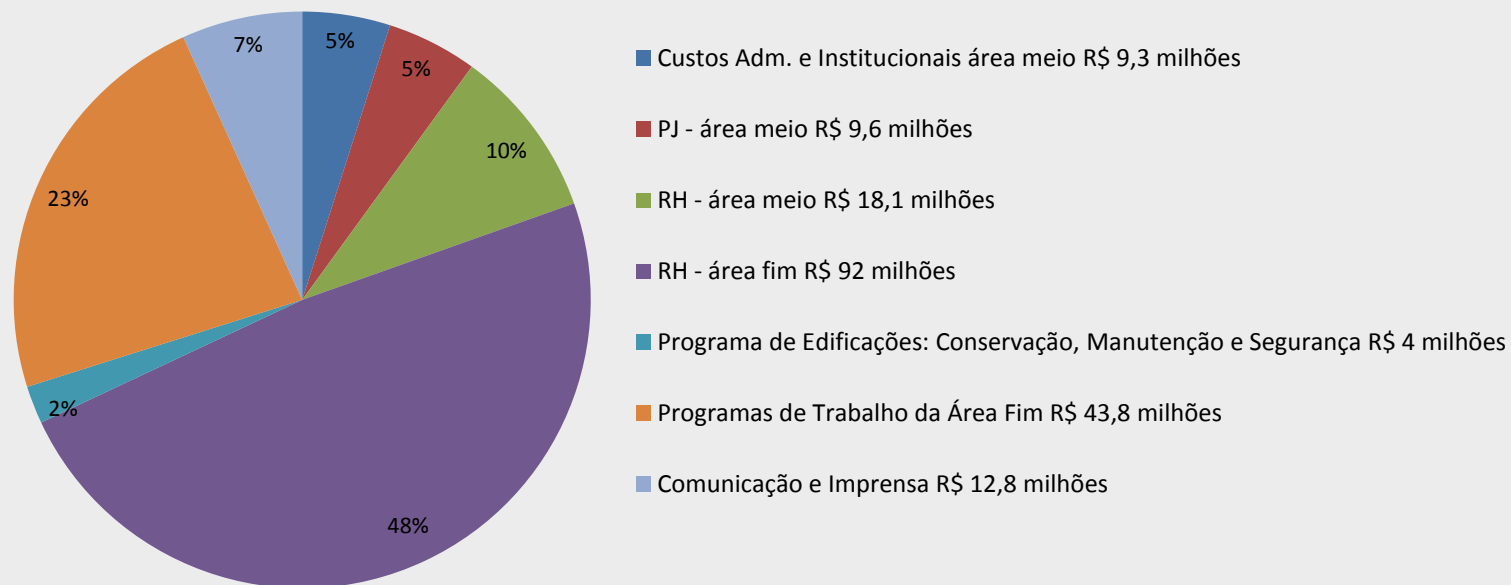
Unidade de Difusão e Bibliotecas em 2016



O gráfico apresenta as receitas das organizações sociais da área de Difusão e Bibliotecas, sob coordenação da Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, sendo que a principal fonte de recursos foi o repasse estadual efetuado pela SEC, que representou 65% do total de receitas. A soma de captação operacional (bilheteria, loja, café, restaurante, estacionamento etc.) e captação incentivada representou 27% no período e as demais receitas totalizaram 8%.

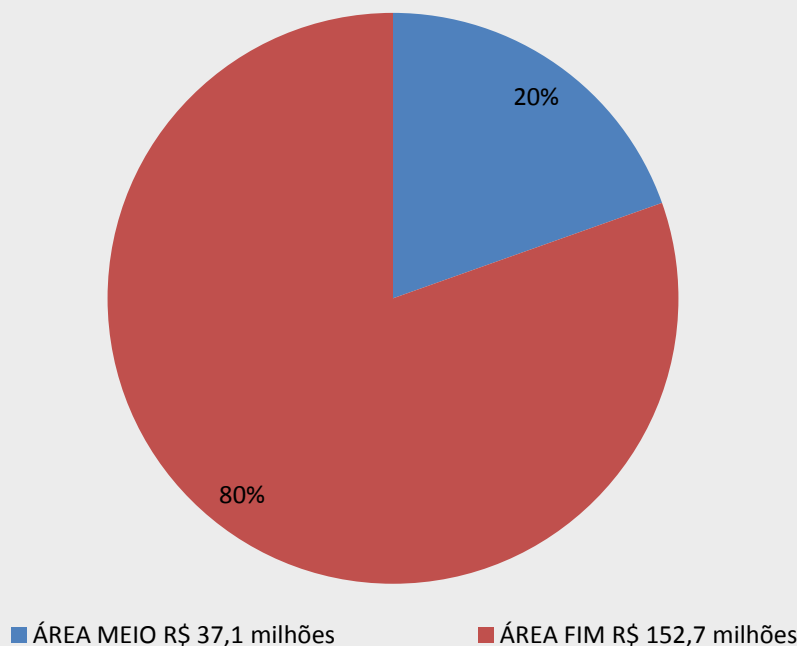
Total de Despesas dos Contratos de Gestão

Unidade de Difusão e Bibliotecas em 2016



O gráfico apresenta as despesas das OS da área de Difusão e Bibliotecas, sendo a principal despesa o gasto com recursos humanos de área fim, representando 48% do total. As despesas com pessoal de área meio e com prestadores de serviço somaram 15%. Desse modo, os custos com mão de obra na área de Difusão e Bibliotecas representaram 63% do total de despesas. Os 37% restantes dividem-se em programas de trabalho de área fim (23%); comunicação e imprensa (7%); custos administrativos e institucionais, tais como água, luz, uniformes etc. (5%) e manutenção das edificações (2%).

Distribuição das despesas dos Contratos de Gestão: área fim e área meio – Unidade Difusão e Bibliotecas em 2016



O gráfico acima apresenta as despesas totais da área de Difusão e Bibliotecas em 2016 divididas em dois conjuntos: despesas de área meio e despesas de área fim. As despesas de área fim representaram 80% do total, contemplando recursos humanos e as despesas específicas para realização de atividades-fim. No caso de Difusão e Bibliotecas, a composição dessas despesas varia entre os diferentes contratos, contemplando desde recursos para montagens e circulação de espetáculos até atividades de pesquisa e conservação de partituras, produção de festivais das mais variadas linguagens artísticas, aquisição de livros e outros materiais para o Sistema Estadual de Bibliotecas - SISEB, entre outras ações. Já as despesas de área meio, que somaram 20% do total, correspondem às despesas com edificações, administrativas e com recursos humanos vinculados a essas áreas, aos gastos institucionais e de governança, bem como àqueles realizados com prestadores de serviços de ações não vinculadas diretamente a área fim, tais como limpeza, segurança, auditoria etc.

Exemplificando as despesas na Unidade de Difusão e Bibliotecas

Programas em Rede - OS: Associação Paulista dos Amigos da Arte – APAA



A realização de grandes shows ao ar livre na capital e em outras regiões metropolitanas, bem como a produção de espetáculos de variados tamanhos e linguagens nos diversos municípios do Estado integram o propósito dos contratos de gestão voltados à realização dos programas em rede. Por ano, são realizadas centenas de apresentações artísticas de música, teatro, dança, circo e ópera, além de manifestações culturais tradicionais e performances experimentais da cultura contemporânea, em todas as regiões de SP, visando mobilizar trabalhadores da cultura de todo o território paulista e atingir aos mais diversos públicos, de todas as faixas etárias.



Exemplificando as despesas na Unidade de Difusão e Bibliotecas

Biblioteca de São Paulo / Biblioteca Parque Villa Lobos / SISEB – OS: SP Leituras



As bibliotecas da Secretaria da Cultura atuam fortemente com o público local, mas também desenvolvem inúmeras atividades pelo Estado, visando a fortalecer o Sistema Estadual de Bibliotecas - SISEB. As ações envolvem, além do atendimento aos usuários e empréstimo de livros, a realização de oficinas, apresentações artísticas, cursos e palestras. Os principais autores da literatura nacional são levados às bibliotecas do interior e litoral, para encontros literários, conversas com públicos diversos e sessões de autógrafa. A distribuição de livros para as cerca de 800 bibliotecas do Estado e a realização de oficinas para atualização de seus profissionais também faz parte das atividades dessa parceria.



Exemplificando as despesas na Unidade de Difusão e Bibliotecas

Sala São Paulo e OSESP - OS: Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de SP – OSESP

Além da manutenção e conservação do Complexo Cultural Júlio Prestes, o contrato de gestão relacionado à Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo prevê a realização da temporada anual de concertos na Sala São Paulo (abaixo, à esquerda), a circulação de espetáculos pelo interior e litoral (abaixo à direita, em Santos), além da formação de novos talentos (Academia OSESP) e do serviço educativo, que recebe anualmente milhares de estudantes das redes pública e privada para assistirem aos concertos da Orquestra. A encomenda de novas obras, a gravação de repertório nacional e internacional com a OSESP e a circulação pelo país e exterior, com apresentações consagradas nas principais salas de concerto do mundo, também integram as realizações anuais dessa parceria.



Fontes consultadas (Fevereiro a Setembro de 2017)

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Mensal de Emprego** disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201602sp_03.shtm

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Séries Históricas do IPCA**

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm

SÃO PAULO. SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cultura que (se) transforma**: balanço de 10 anos de parceria da SEC SP com organizações sociais de Cultura. São Paulo: Unidade de Monitoramento da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 2015 (*versão preliminar - mimeo*).

SÃO PAULO. SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Boletim UM n° 1 “Cultura em Números”**. Mar2016 – Revisto em Jan/2017. São Paulo: Unidade de Monitoramento da SEC SP, fevereiro de 2017. Disponível em:

<http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/secretaria-da-cultura-dados-e-numeros>

SÃO PAULO. SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Boletim UM n° 2 “Balanço 10 anos”**. Mar/2016 – Revisto em Jan/2017. São Paulo: Unidade de Monitoramento da SEC SP, fevereiro de 2017. Disponível em:

<http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/secretaria-da-cultura-dados-e-numeros>

SÃO PAULO. SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório Anual do Governo do Estado de São Paulo - Exercício 2016** Volume I disponível em:

<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Downloads/Relat%C3%B3rio-Anual-do-Governo-do-Estado/Relat%C3%B3rio%20Anual%20do%20Governo%20do%20Estado%202016%20-%20Volume%201.pdf>

SÃO PAULO. SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Dados extraídos do sistema SIAFEM/SP

<https://www.fazenda.sp.gov.br/SigeoLei131/Paginas/FlexConsDespesa.aspx>

Relatórios anuais de atividades e prestação de contas das Organizações Sociais de Cultura, disponíveis em:

<http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/busca-contratos-de-gestao>

Elaboração e formatação do Boletim UM n. 7:

Coordenação: Claudinéli Moreira Ramos (textos)

Assessoria Técnica: Liliana Sousa e Silva (pesquisa)

Diretoria de Avaliação: Marianna Bomfim (pesquisa e textos), Ricardo Ysimine

Diretoria de Monitoramento e Normas: Vanderli Ferrarezi

Núcleo de Apoio Administrativo: Danielle de Lima

Especialistas em Políticas Públicas (EPPs) designados:

Eduardo Baider Stefani, Gabriela Toledo Silva, Letícia Bachani Tarifa

Estagiári@s: Andressa Tatiane dos Santos, Jéssica Santos Guedes da Silva,
Rodrigo Ribeiro de Lima

Unidade de Monitoramento da Secretaria da Cultura de São Paulo

monitoramento.cultura@sp.gov.br – 55 (11) 3339-8129



Geraldo Alckmin
Governador

José Luiz Penna
Secretário da Cultura

Romildo Campello
Secretário Adjunto da Cultura

Alessandro Soares
Chefe de Gabinete

José Brito de França
Assessor Parlamentar

Claudinéli Moreira Ramos
Coordenadora da Unidade Monitoramento

Aldo Luiz Valentim
Coordenador da Unidade de Fomento à Cultura

Dennis Alexandre Rodrigues de Oliveira
Coordenador da Unidade de Formação Cultural

Regina Ponte
Coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico

Sílvia Alice Antibas
Coordenadora da Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura

Valéria Rossi
Coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DE
SÃO PAULO. Boletim UM Orçamento da
Cultura no Estado de SP: SEC e OSs.
Nº7 /2017. São Paulo: Unidade de
Monitoramento da SEC SP, dez/2017.